



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 27 – nº 103 – Junho 2016

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – www.csem.org.br

Os paradoxos da escravidão moderna

PORTUGUÊS.....	3
O tráfico de pessoas movimenta quase tanto dinheiro quanto o comércio de drogas e armas em nível mundial.....	3
Nº de libertados em trabalho análogo ao escravo é o menor desde 2000	4
Tráfico internacional de pessoas: é preciso ir além nas políticas públicas que temos	5
Turismo “mais exposto” ao tráfico de pessoas para fins sexuais e laborais	7
Moçambique tem sete rotas de tráfico de órgãos humanos	8
Estamos todos conectados ao trabalho escravo contemporâneo, diz brasileiro em evento na ONU	9
Escravidão moderna atinge 45,8 milhões de pessoas no mundo	10
ENGLISH.....	12
Heartache and suffering: Slavery in Brazil.....	12
New draft law to combat human trafficking brings hope in Morocco.....	14
Human trafficking in the US: Sisters' networks and ministries break the cycle one life at a time ...	15
The scourge of human trafficking: It's not just other countries' problem	21
When Sex Trafficking Goes Unnoticed in America	24
Progress in Fight Against Human Trafficking in Asia Hard to Measure.....	26
The Psychology Of A Human Trafficking Victim	28
ESPAÑOL	29
¿A dónde va a parar el dinero contra la trata de personas?	29
Trata de Personas, la esclavitud del siglo 21	30
La trata de personas, un oscuro negocio que mueve cifras millonarias en el mundo	31
Trata de personas en el Perú: Delito invisible	33
Pobreza y esclavitud, mala combinación para la infancia africana	35
Trata de personas es una esclavitud oculta en la migración, dice experto.....	36
Tráfico de órganos y prostitución, el destino de los niños desaparecidos en Europa.....	38
ITALIANO	38
Maria Grazia Giammarinaro, ‘il traffico di esseri umani in Italia è legato all’immigrazione’	39
Siria, traffico di esseri umani: dal Nepal centinaia di donne	40
I Tatuaggi Incisi Sulle Vittime del traffico di Esseri Umani Negli Stati Uniti	41
Tratta di esseri umani, il governo vara un piano nazionale per combattere il fenomeno	43
Uomo di 65 anni sposa 12enne: bambini venduti, sposati, violati o rapiti nel silenzio.....	43
Nell'Ue quasi 16mila vittime della tratta di esseri umani tra il 2013 e il 2014	45
Il Papa: società sia unita nella lotta contro la tratta di esseri umani	45

EDITORIAL

O drama da assim chamada “escravidão moderna” tornou-se um tema cada vez mais debatido em nível internacional, com uma proliferação de estudos, relatórios, dados estatísticos e, inclusive, classificações da virtuosidade dos países nas práticas de combate. Um recente relatório aponta a existência de cerca de 45 milhões de pessoas sujeitas a alguma forma de escravidão. Entre as modalidades mais comuns podemos citar o tráfico de pessoas para exploração sexual e trabalho escravo, o trabalho infantil, o recrutamento de pessoas para conflitos armados e o trabalho em condições degradantes, com extensas jornadas, sob coerção, violência, ameaça ou dívida fraudulenta.

A escravidão moderna é um fenômeno pluricausal. No entanto, tende-se, com frequência, a enfatizar as responsabilidades individuais – como a maldade de alguns seres humanos ou as práticas inescrupulosas de recrutadores e traficantes –, a persistência de costumes culturais obscurantistas e pré-modernos ou as falhas de políticas de combate. Em outros termos, a escravidão moderna seria uma patologia no seio de um sistema sadio, uma patologia decorrente de falhas individuais, resquícios de antigas anomalias ou terapias não adequadas.

Em nossa opinião, no entanto, a questão é mais complexa. Há elementos fisiológicos do sistema hegemônico contemporâneo que alimentam e se alimentam do trabalho forçado.

Por exemplo, a existência de pessoas traficadas, tanto no âmbito urbano quanto no rural, ocorre pela difusão de legislações trabalhistas extremamente flexíveis, que não garantem direitos mínimos ou, então, pela inadequada fiscalização das violações dos direitos legalmente reconhecidos aos trabalhadores. No Brasil, por exemplo, só no final de maio deste ano o Supremo Tribunal Federal liberou a divulgação dos nomes das empresas da assim chamada “Lista Suja do Trabalho Escravo”, sendo que, desde dezembro de 2014, uma liminar impedia sua publicação.

Mas não é só isso. O crime de trabalho forçado implica reconhecer explicitamente que a relação entre empregador e trabalhador não pode ser entregue às meras “leis do mercado”, mas deve ser pautada no respeito de determinados direitos. Nesta lógica, aqueles segmentos sociais que mais prezam e agem pela desregulamentação total do mercado de trabalho devem ser responsabilizados pelo crescimento de uma “cultura da reificação do ser humano”. Ou, dito de forma mais clara, o trabalho escravo moderno não seria um mero desdobramento da racionalidade do sistema econômico vigente?

Isso diz respeito também às desigualdades estruturais do sistema capitalista que também se traduzem em variáveis para o aliciamento de pessoas para as redes de tráfico. O francês Thomas Piketty tem recentemente comprovado a lógica intrinsecamente acumulativa do capitalismo contemporâneo. Não se trata de uma falha do sistema, e sim de sua própria fisiologia, de sua norma constitutiva de funcionamento.

Para corroborar essas afirmações é suficiente lembrar que a existência de pessoas recrutadas para conflitos armados, inclusive numerosos casos de crianças soldado, está diretamente relacionada com as lucrativas e inescrupulosas venda de armamentos, inclusive para regimes autoritários e ditatoriais.

Essas reflexões nos levam a um último aspecto que queremos enfatizar: o íntimo nexos do trabalho forçado com as migrações internas e internacionais. Muitas das pessoas escravizadas vivem longe das próprias terras. Os migrantes são pessoas em situação de vulnerabilidade por não contarem com a proteção oferecida pelo próprio núcleo social de referência. Além disso, o que incide na vulnerabilidade da pessoa deslocada é, principalmente, a condição migratória. Obrigado a viver na invisibilidade, impossibilitado de reivindicar direitos e impelido a trabalhar para pagar dívidas, enviar remessas ou sobreviver, o migrante em situação irregular é exposto a toda forma de trabalho forçado, inclusive para fins de exploração sexual. Não seria errado afirmar, nesta ótica, que as políticas migratórias restritivas estão entre as principais causas da assim chamada “escravidão moderna”.

Justamente aquelas políticas restritivas que, muitas vezes, são implementadas ufanamente em nome da luta contra os traficantes de pessoas.

Enfim, uma pergunta singela se torna inevitável: nos critérios de avaliação da virtuosidade dos países, em termos de luta contra o tráfico de pessoas, não deveriam ser incluídos também o envolvimento no comércio de armamentos, o respeito e a fiscalização dos direitos trabalhistas, as políticas de distribuição de riquezas e, sobretudo, as políticas migratórias?

PORTUGUÊS

O tráfico de pessoas movimenta quase tanto dinheiro quanto o comércio de drogas e armas em nível mundial

O último relatório do Serviço Jesuíta para os Migrantes, “O tráfico de seres humanos. O negócio do comércio de pessoas”, assinala que o tráfico de pessoas movimenta já quase tanto dinheiro quanto o comércio de drogas e armas. O tráfico ilegal de seres humanos movimenta entre sete bilhões e 10 bilhões de dólares ao ano. Até dois milhões de crianças estão sujeitas à prostituição no comércio sexual mundial e 20,9 milhões de pessoas são vítimas do trabalho forçado (55% são mulheres e crianças). A reportagem é publicada por Obras Misionales Pontificias – España, 24-07-2015. A tradução é de André Langer

O tráfico ilícito de pessoas é o comércio que está experimentando um crescimento muito rápido, convertendo-se em um “próspero negócio que não deixa de crescer na nova economia mundial”, diz o relatório do Serviço Jesuíta para os Migrantes. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), combinando o tráfico de longa distância com o contrabando entre fronteiras, emerge um panorama global de “comércio de seres humanos”, que afeta ao menos quatro milhões de pessoas cada ano, e que movimenta recursos financeiros que podem chegar aos 10 bilhões de dólares. A forma de tráfico detectada com mais frequência é a exploração sexual (79%), mas existem outras duas formas de exploração de pessoas: a que tem como finalidade a exploração do trabalho e o tráfico para o comércio de órgãos.

Se somássemos os números do comércio de seres humanos com os lucros obtidos com o tráfico de migrantes, segundo a Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol), essa cifra subiria para 39 bilhões de dólares ao ano, “cada vez mais próximo do tráfico de drogas e armas”. Assim, segundo o novo relatório do SJM, redigido por María José Castaño Reyero, pesquisadora do Instituto Universitário de Estudos sobre Migrações (Pontifícia Universidade de Comillas), embora o narcotráfico ainda constitua a forma mais rentável de comércio ilícito, o crescimento do comércio ilícito de pessoas é muito preocupante. Alerta para

o fato de que “o tráfico de pessoas, que se transformou na nova escravidão do século XXI, constitui a mais sórdida das formas em que se desloca a mão de obra no mundo”.

O tráfico de seres humanos constitui um mecanismo mediante o qual se consegue escravizar uma pessoa. Mas a escravidão e o tráfico não são a mesma coisa. Assim, uma das peculiaridades do tráfico é a ausência de um fato violento na hora do recrutamento, posto que costuma ser realizado com o artifício de obter um emprego.

Devido à feminização da pobreza é mais fácil que uma mulher seja vítima do tráfico de pessoas do que um homem. A Organização Internacional das Migrações estima em 500 mil o número de mulheres que entram todos os anos na Europa Ocidental para serem exploradas sexualmente. A maioria procede de países em subdesenvolvimento e sua trajetória a partir desses países é degradante. Os responsáveis de recrutá-las – que podem chegar a cobrar até 500 dólares por cada uma – geralmente o fazem com falsas promessas de emprego como modelos, secretárias ou funcionárias em um país rico. Mas, também algumas delas sabem que vão ao exterior para fins de prostituição, e o fazem, não apenas com o mero consentimento de suas famílias, mas com o seu entusiasta apoio.

O relatório cita algumas das numerosas rotas de escravidão sexual como a que vai de Mianmar, China e Camboja à Tailândia; a que vai da Rússia aos Emirados do Golfo; a que vai das Filipinas e Colômbia ao Japão; ou a que se orienta do Brasil, Paraguai, Colômbia e Nigéria para a Espanha. O relatório também assinala que “desde o desaparecimento da Cortina de Ferro, dezenas de milhares de mulheres e meninas foram ‘exportadas’ da Rússia, Ucrânia, Moldávia e Romênia para serem exploradas nas cidades da Europa Ocidental e do Japão”.

No negócio do tráfico para exploração sexual existe outro grupo particularmente vulnerável: as crianças e adolescentes. Segundo a Unicef, até dois milhões de crianças estão sujeitos à prostituição no comércio sexual ao redor do mundo. Mas o tráfico de menores apresenta outras manifestações muito graves: a adoção ilegal de crianças estrangeiras, o tráfico de órgãos, o sequestro de menores para serem utilizados nos conflitos armados (menores soldados) ou no exercício da mendicância, muitas vezes acompanhada pela realização de atividades criminosas.

Entre as crianças vítimas, encontram-se em especial situação de vulnerabilidade aquelas nascidas no ambiente do tráfico, os chamados “bebês âncora”, utilizados por falsos pais para facilitar sua entrada e permanência irregular em um território ou o dos menores utilizados pelos traficantes para coagir a sua mãe para o exercício da prostituição.

A segunda forma de exploração de pessoas detectada com maior frequência é o tráfico para a exploração de trabalho. Segundo a Organização Mundial do Trabalho (OIT) o dado global de pessoas vítimas de trabalho forçado – que para esta organização se assimilaria ao tráfico – atinge 20,9 milhões de pessoas. Esta exploração se materializa em setores como a construção civil, a agricultura, o setor têxtil, o serviço doméstico, as empresas de transporte e a mendicância.

O Serviço Jesuíta para os Migrantes-Espanha é uma rede de entidades dedicadas ao acompanhamento, serviço e defesa das pessoas migrantes e suas organizações.

Fonte: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/545058-o-traffic-de-pessoas-movimenta-quase-tanto-dinheiro-quanto-o-comercio-de-drogas-e-armas-em-nivel-mundial> - 28.07.2015

Nº de libertados em trabalho análogo ao escravo é o menor desde 2000

1.010 pessoas foram resgatadas pelos grupos móveis em 2015. 58% das libertações ocorreram no Sudeste do país.

Thiago Reis

Os grupos móveis de combate ao trabalho escravo libertaram 1.010 pessoas no país em 2015. Trata-se do menor número desde 2000. De acordo com os dados do Ministério do Trabalho e Previdência Social obtidos pelo G1, Minas Gerais é o estado líder em libertações (432) – o que representa 43% do total do país. Maranhão, com 107 resgates, e Rio de Janeiro, com 87, aparecem logo atrás.

O número de operações realizadas no ano passado (140) e o de estabelecimentos inspecionados (257) também são os menores desde 2007, ano em que as equipes ficaram 22 dias sem fazer blitzes em represália à criação pelo Senado de uma comissão para apurar excessos na fiscalização.

Para o ministério, alguns fatores explicam a queda nas estatísticas. Um deles é a paralisação dos auditores fiscais, iniciada em agosto do ano passado. "O trabalho de campo também detectou mudança no comportamento dos empregadores. No meio rural, a fiscalização identificou que os

empregadores têm diminuído o número de pessoas trabalhando ao mesmo tempo, o que resulta em um número menor de flagrantes", informa a pasta.

O deslocamento da fronteira agrícola para o Oeste do Pará e o Sul do Amazonas é outro fator importante, de acordo com o órgão. "São locais de difícil acesso, que demandam um planejamento mais efetivo da operação de fiscalização, com articulação com parceiros locais, o que demanda maior tempo de planejamento."

O ministério ressalta, no entanto, que, além das operações de caráter repressivo, tem realizado ações de reinserção e prevenção previstas no Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo. Entre elas está a celebração de um acordo envolvendo o Conselho Nacional de Justiça, o escritório da Organização Internacional do Trabalho no Brasil, o Tribunal Superior do Trabalho, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho e a União que busca a estruturação de uma política integrada voltada para

o atendimento multidisciplinar dos trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo. “O projeto tem um viés de acolhimento e acompanhamento psicossocial, instrução e qualificação profissional, e diagnóstico e prevenção de vulnerabilidades individuais e coletivas desta população”, afirma o órgão.

Também foi celebrado no ano passado um acordo entre os ministérios do Trabalho e Previdência Social e do Desenvolvimento Social para “compartilhar informações que permitam a eficiente identificação de trabalhadores egressos de trabalho análogo ao de escravo, que são público prioritário para inscrição em diversas políticas públicas de assistência social, como programas de renda mínima”.

“Em 2015, o ministério chegou ao simbólico número de quase 50 mil trabalhadores submetidos a condições de trabalho análogas à escravidão alcançados por suas fiscalizações (ao longo de 20 anos), e, ao estabelecer novas condições institucionais para acolhê-los socialmente, amplia um processo de sensibilização social e incentivo a um ambiente institucional e cultural capaz de prevenir e constranger essas práticas, sobretudo pelo resgate da condição digna do trabalhador, retirando-o da invisibilidade e da vulnerabilidade que tantas vezes o sujeitam ou expõem a outras situações de exploração social ou trabalhista”, afirma o relatório do órgão.

Grupos móveis

Os grupos móveis de fiscalização atuam desde 1995. As equipes são compostas de auditores fiscais, procuradores do Trabalho e policiais federais ou rodoviários federais e viajam para realizar as blitzes para evitar pressões de grupos políticos e empresariais em fiscais locais. Saiba mais no infográfico especial.

O Código Penal define uma pena de reclusão de dois a oito anos e multa para quem “reduz alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto”.

Perfil

Tráfico internacional de pessoas: é preciso ir além nas políticas públicas que temos

Marcela de Castro Tosi

Foi constatada a prática de trabalho escravo em 90 dos 257 estabelecimentos inspecionados em 2015. De acordo com os dados, 60% dos trabalhadores foram resgatados na área urbana.

Três em cada quatro trabalhadores estavam fora do município de nascimento e quase metade, fora do estado de origem. A maioria ganhava até um salário mínimo e meio e era analfabeta ou tinha até o 5º ano do ensino fundamental.

Segundo o Ministério do Trabalho, 12 trabalhadores encontrados tinham idade inferior a 16 anos e 28 tinham idade entre 16 e 18 anos. “Trata-se de um dado preocupante, pois evidencia que 40 trabalhadores tinham idade inferior aos 18 anos em atividades onde, em regra, eles não poderiam trabalhar, seja pela intensidade, natureza ou por integrar a lista das piores formas de trabalho infantil (TIP)”, informa o relatório do órgão.

“Do total de trabalhadores alcançados, 65 deles eram estrangeiros de diversas nacionalidades, dentre as quais bolivianos, chineses, peruanos e haitianos, o que reforça a já constatada transversalidade entre trabalho escravo e o tráfico de pessoas, o qual alcança não só a questão da migração internacional, mas aquela também nacional e inter-regional”, diz ainda o ministério.

O Sudeste é a região com o maior número de libertações (585) – o que representa 58% de todos os resgates no Brasil.

O setor onde mais trabalhadores foram encontrados sob condições degradantes foi o da extração de minérios (313 pessoas). O da construção civil aparece em segundo lugar, com 187 resgates no ano.

A maior operação de 2015 ocorreu em Itabirito, região central de Minas Gerais. Segundo o ministério, 309 pessoas que trabalhavam na extração de minério de ferro foram resgatadas em uma mina da Vale. A empresa nega as irregularidades verificadas pelos fiscais.

A segunda maior blitz em número de resgates foi realizada em Paço do Lumiar, no Maranhão. No local, 58 pessoas que trabalhavam na construção de edifícios foram libertadas pelo grupo móvel.

Fonte: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/01/n-de-libertados-em-trabalho-analogo-ao-escravo-e-o-menor-desde-2000.html> - 27.01.2016

Notícias internacionais recentes pautam constantemente o fenômeno das migrações internacionais; paralelo a este, apresenta-se outro fenômeno de grandes números e fundamental importância em termos das relações estabelecidas entre os processos de mundialização, a expansão das desigualdades sociais e ciclos de insegurança: o tráfico internacional de pessoas.

Trata-se de um dos desafios contemporâneos mais complexos e urgentes da agenda de Direitos Humanos internacional. De acordo com o Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (UNODC), vítimas de 152 nacionalidades diferentes foram detectadas em 124 países entre 2010 e 2012. No mesmo período, foram identificadas cerca de 510 rotas de tráfico.

Estimativas globais variam de 500.000 a vários milhões de pessoas traficadas por ano e apontam para o movimento de cerca de 32 bilhões de dólares/ano, colocando tal atividade criminosa como a terceira que mais gera lucros, perdendo apenas para o tráfico de drogas e o tráfico de armas.

Segundo as Nações Unidas, 80% das pessoas traficadas o são para a exploração sexual. O tráfico também está relacionado ao trabalho análogo ao escravo, o comércio de órgãos e a adoção ilegal de crianças.

Não sendo um fenômeno recente, o tráfico de pessoas tem assumido dimensão transnacional globalizada e sua natureza tem se tornado cada vez mais alarmante. O atual processo de globalização permitiu que processos localizados ou regionais se mundializem e que as redes que englobam vários setores relacionados nessa prática se tornem cada vez mais interdependentes.

Essa expansão do fenômeno decorre também da carência de dispositivos adequados de controle e enfrentamento dessas atividades, aliadas à tolerância social instalada uma vez que as redes de tráfico de seres humanos visam grupos sociais constituintes do contingente populacional afetado pelas desigualdades sociais, pela estigmatização e discriminação, e pela instável capacidade de sustentação financeira, características do sistema capitalista moderno que, por todo o mundo, cria nichos potenciais de pessoas passíveis de serem recrutadas e exploradas enquanto força de trabalho rentável.

A situação de mulheres e meninas

Segundo o Relatório Global sobre o Tráfico de Pessoas produzido em 2014 pelo UNODC, mulheres constituíam a maioria das vítimas de tráfico de pessoas, representando de 49% dessas pessoas. Somando-se mulheres e meninas essa proporção chega a mais de 60%. Ainda de acordo com o Relatório, as rotas são majoritariamente intrarregionais e as vítimas são traficadas para países comparativamente mais ricos.

Quase todas as vítimas encontradas nos países da América do Sul ou são cidadãs desses países ou foram traficadas a partir de países vizinhos, seguindo os padrões de saída de lugares marginalizados e precarizados para outros que possam oferecer melhores condições de vida.

A pesquisadora Saskia Sassen entende a "feminização da sobrevivência" como elemento central a ser considerado no âmbito dos processos da denominada economia global: nos fluxos transfronteiriços, internacionais e regionais, e dentro do mesmo país, o contingente de mulheres migrantes, sobretudo as mulheres estrangeiras, são cruciais para o fomento e manutenção dos processos econômicos.

Instituições nacionais e internacionais têm desenvolvido uma vasta produção legislativa de enfrentamento: tratados e cartas internacionais, resoluções da ONU, e a criação de diversos organismos e comissões. Entretanto, tais legislações e as políticas públicas decorrentes são em essência criminalizadoras, principalmente dos próprios indivíduos traficados, mostrando-se ineficientes e ineficazes, centradas em uma lógica de proteção de territórios e discriminação de pessoas.

Muito do que se busca hoje em nome de uma guerra ao tráfico tem implicações em termos de raça e gênero.

Posicionamentos brasileiros

O Brasil é signatário de diversos tratados de Direitos Humanos ligados à supressão do tráfico de pessoas. Estamos entre os Estados pioneiros na criação da Organização das Nações Unidas e de seus tratados referentes à proteção dos direitos fundamentais dos seres humanos.

Entretanto, o país figura entre os principais Estados ligados à origem, transporte e destino de pessoas traficadas para fins de exploração sexual comercial, ao turismo sexual e à corrupção relacionada ao tráfico de pessoas.

Em 2002, a Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil – PESTRAF, encomendada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), apontava para a existência de, na época, mais de 240 rotas de tráfico interno e internacional de crianças, adolescentes e mulheres brasileiras. Fazendo parte, assim, dos mais de 90% de países com legislações que criminalizam o tráfico de seres humanos, as quais, entretanto, frequentemente não estão em conformidade com o Protocolo ou não abrangem todas as formas de tráfico e suas vítimas e, mesmo quando promulgadas, sua implementação muitas vezes fica aquém.

Para além dos números, trata-se de uma grave violação de vários direitos humanos, cívicos e políticos. Mesmo repetida inúmeras vezes,

doméstica e internacionalmente, desde aspectos "pequenos" até outros tão expressivos quanto os números do tráfico de pessoas, tal violência ainda permanece invisível para a maioria.

Cegueira confortável e propositada. Instrumento de uma estrutura opressora habilmente mantida. É preciso transformar os padrões de funcionamento da sociedade, otimizar o uso dos marcos legais existentes, monitorar e conscientizar a sociedade em geral para isso.

Os resultados do tráfico humano podem estar na casa pela qual você passa todos os dias, nas roupas que está vestindo, na história da mulher que agora cruza a rua. Não são apenas números e não podem ser convenientemente invisíveis.

Fonte: <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=87894> - 28.01.2016

Turismo “mais exposto” ao tráfico de pessoas para fins sexuais e laborais

O sector do turismo está em expansão e é especialmente propenso para a exploração sexual e laboral, alertam investigadores dos direitos humanos.

Ana Dias Cordeiro

Com a maior atenção das polícias à exploração de pessoas para fins sexuais e o desmantelamento de redes de tráfico de pessoas em bares e discotecas, estas actividades criminosas tendem a passar do espaço público para o privado: das casas de alterne para apartamentos; e mais recentemente dos apartamentos para hotéis ou outro tipo de equipamento hoteleiro.

A privacidade é um valor pelo qual o cliente está disposto a pagar quando dá entrada num hotel. O perigo é quando o cliente é o traficante, dizem os investigadores do instituto de investigação português NSIS (Network of Strategic and International Studies), Cláudia Pedra e Miguel Santos Neves, autores do projecto Tráfico humano no sector do turismo: papel das empresas na prevenção e difusão de boas práticas, que será apresentado em Março, na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, e depois na conferência internacional da Organização Mundial de Turismo, em Berlim.

Miguel Santos Neves e Cláudia Pedra, respectivamente presidente e directora do NSIS, estudaram o fenómeno noutros países onde as estratégias do traficante, que adapta os seus métodos para se esquivar ao controlo, sem perder ganhos, coloca em maior risco – de exposição ao tráfico de pessoas – o sector do turismo. Não se

trata de prostituição, mas de exploração sexual, forçada.

“Os hotéis não têm consciência do risco e podem ser envolvidos criminalmente”, diz Miguel Santos Neves. Aconteceu em casos pontuais nos Estados Unidos e em países asiáticos.

Em Portugal, a Polícia Judiciária nunca deparou com “nenhum caso com estes contornos”, disse ao PÚBLICO fonte oficial da PJ que se referia a situações em que os próprios responsáveis dos estabelecimentos pudessem ter conhecimento das práticas criminosas. E acrescentou não haver registo nem sinais de que os hotéis em Portugal possam agora estar mais expostos ao risco de se tornarem locais escondidos desses crimes.

Para os especialistas do NSIS, instituto que reúne investigadores do extinto Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI), a perspectiva é outra: sendo este um risco global, só estando atento aos sinais e criando regras pode este fenómeno ser prevenido também em Portugal, onde essas regras ainda não estão a ser seguidas.

Situações estranhas

O projecto de investigação, que vai ser apresentado no próximo mês, foi financiado pela EEA Grants (programa de apoios do espaço

económico europeu) e pelo programa Cidadania Activa da Fundação Gulbenkian, com aquele objectivo: “contribuir para uma política proactiva de prevenção”, implementar medidas e sensibilizar os profissionais do sector.

No âmbito do projecto, foram organizadas acções de formação nas quais participaram 444 pessoas de seis hotéis nacionais, em Lisboa, Estoril, Cascais, Olhão, e Albufeira, e das escolas de Turismo de Lisboa, Estoril e Portimão. Nessas acções apresentadas situações que, na rotina de um hotel podem passar despercebidas, mas que merecem especial atenção. Como quando, no check-in, só o homem fala e trata de tudo, ficando a mulher ou acompanhante em silêncio; quando a mulher permanece no quarto vários dias sem sair; quando a porta se mantém fechada por vários dias, com o aviso "Não Incomodar" a nunca ser retirado; ou quando é expressamente pedido que a limpeza do quarto não seja feita até à saída dos hóspedes. "São situações que acontecem, que nos foram descritas nas acções de formação. E são sinais. Podem não significar [situações de] tráfico, mas são suspeitos", diz Cláudia Pedra.

“Existem muitas situações em que o aviso "Não incomodar" [impedindo a entrada de pessoal do hotel no quarto] chega a estar mais de três dias seguidos à porta, e até mais tempo, e isso é aceite”, completa Santos Neves. São sinais perante os quais é preciso estar “alerta”, reforça. Como também nos casos em que o cliente paga elevadas somas em dinheiro ou pede um quarto perto de uma saída de emergência.

É preciso criar um sistema de referênciação interno, para a protecção da vítima, defende o académico: solicitar, em qualquer circunstância, a identificação de crianças trazidas por adultos, tornando esse pedido obrigatório, e não permitir, por exemplo, que seja impedido o acesso a um quarto por mais de 24 horas.

Exploração e agências

No relatório da NSIS de 2012, publicado em 2013, Tráfico humano: A protecção dos direitos humanos e as vítimas de tráfico de pessoas, concluía-se

Moçambique tem sete rotas de tráfico de órgãos humanos

Moçambique dispõe de sete rotas de tráfico de órgãos e partes do corpo humano e este crime é cada vez mais sofisticado e praticado por redes organizadas.

Um relatório divulgado, esta sexta-feira, pela Liga dos Direitos Humanos (LDH), intitulado "Tráfico de

que, das pessoas que tinham sido traficadas para Portugal, e de que havia conhecimento, 11% tinham uma ligação ao turismo: através da exploração sexual. Mas não só. Também através da exploração laboral em hotéis ou restaurantes, na medida em que alguns recorrem a agências de trabalho temporário.

Neste último caso, o aliciamento pode tomar a forma de pacotes propostos por agências de viagens, que tratam dos passaportes e vistos, da viagem e alojamento inicial, e prometem trabalho em locais de destino. São as “dívidas de servidão” que as pessoas ficam a pagar, durante anos, não se conseguindo libertar, descreve Cláudia Pedra, que explica que, por ter encontrado essa ligação ao turismo em 11% dos casos, de pessoas traficadas para Portugal, o NSIS sentiu “a necessidade de fazer este projecto”.

Em muitos destes casos, diz a investigadora, as pessoas são recrutadas para trabalhar no turismo, mas quando chegam ao destino “são colocadas em vários tipos de exploração, contra a sua vontade e sem liberdade de movimentos”.

Dados internacionais de 2012 apontavam para a existência de mil milhões de turistas no mundo inteiro, um número em crescimento, acentua Miguel Santos Neves. “Se o turismo está em crescimento e uma parte desse turismo é turismo sexual, quer dizer que a procura do turismo sexual também aumenta”, explica. “Isso leva a um aumento do tráfico associado [ao turismo sexual] para dar resposta a essa procura.” E conclui: “Isto só não acontecerá, se houver uma política de prevenção.”

O investigador doutorado pela London School of Economics aponta outro “fenómeno em crescimento” nalguns países: “a compra de hotéis por traficantes”. “Os traficantes investem os seus lucros para melhor gerirem o processo. Nesses casos, o hotel é todo ele utilizado esse fim, para as várias tipologias de tráfico: exploração laboral, exploração sexual e tráfico de órgãos.”

Fonte: <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/sector-do-turismo-mais-exposto-ao-trafico-de-pessoas-para-fins-sexuais-e-laborais-1722699?page=-1> - 09.02.2016

Órgãos e Partes do Corpo Humano", o relatório, que resulta de uma investigação que cobriu o

período entre 2010 e 2014, diz que as redes usam as rotas de Cuamba e Nchinji, norte de Moçambique, Chire, Machanga e Beira, na região centro, bem como Limpopo e extremo sul, no sul do país.

"A metade sul do Malawi é a principal recetora de órgãos e partes do corpo de vítimas moçambicanas do leste de Tete, oeste da Zambézia e Niassa", diz o estudo, que entrevistou 433 pessoas, e não indica o número de vítimas do tráfico.

A região do Grande Limpopo e o chamado quadrilátero de Manicaland, no centro de Moçambique, abastecem, principalmente, o Zimbábue e África do Sul com partes de corpos de moçambicanos mortos pelo tráfico, lê-se no documento, apresentado por Paulo Jorge, investigador e jurista da LDH.

Segundo Paulo Jorge, observa-se uma especialização das regiões do país em termos de partes humanas de maior procura, como no caso da zona norte, onde os albinos são as principais vítimas, e a região de Maputo, onde os principais alvos são a cabeça humana e os órgãos genitais.

"O baixo rendimento nas regiões fronteiriças e zonas rurais agrícolas faz com que os jovens com idades compreendidas entre os 18 e 30 anos sejam facilmente recrutados para servirem como extratores de órgãos e partes do corpo de células criminosas. A remuneração média é de 200 mil meticais por extração [3600 euros]", refere o documento.

Mulheres, crianças e adolescentes representam 62% das vítimas de extração de órgãos e um quarto de casos visam órgãos genitais masculinos.

A pesquisa, prosseguiu Paulo Jorge, apurou que mais de 50% dos entrevistados acreditam que os órgãos humanos destinam-se a curandeiros, para fins supersticiosos.

"Atualmente, a região centro de Moçambique é a que regista mais casos de tráfico no país. Conforme dados levantados por esta investigação, quase 70% dos casos de extração ocorrem na região de Tete, Zambézia, Manica e Sofala", destaca o relatório.

Paulo Jorge afirmou que o combate ao tráfico de órgãos humanos exige a criação de uma unidade especial na Polícia de Investigação Criminal (PIC) e uma maior sensibilidade do aparelho judicial para o problema.

"A PIC, nos moldes atuais, não está preparada para investigar e neutralizar as redes de tráfico de órgãos humanos e do lado dos juízes sente-se uma hesitação na ideia de que estes crimes envolvem redes sofisticadas", afirmou.

A fiscalização da atividade dos curandeiros, através do seu registo no Ministério da Saúde, é também uma intervenção importante para o combate ao fenómeno, destacou o investigador e jurista da LDH.

Fonte: <http://www.jn.pt/mundo/palops/interior/mocambique-tem-sete-rotas-de-trafico-de-orgaos-humanos-5061091.html> - 04.03.2016

Estamos todos conectados ao trabalho escravo contemporâneo, diz brasileiro em evento na ONU

Onze palestrantes reuniram-se na sede das Nações Unidas em Genebra, na Suíça, no início de fevereiro para falar sobre iniciativas que estão mudando o mundo para melhor e transformando vidas. As conferências foram realizadas de maneira independente, por meio da plataforma TEDx.

Entre os palestrantes, estava o brasileiro Leonardo Sakamoto, jornalista, doutor em ciência política e representante da ONG de jornalismo investigativo Repórter Brasil, que identifica e divulga casos de violações aos direitos humanos no país e tem o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

"Nas nossas viagens, descobrimos que o trabalho escravo contemporâneo é uma ferramenta utilizada pelas cadeias produtivas modernas na busca por

competitividade", disse Sakamoto no evento internacional que teve a participação de palestrantes defensores dos direitos humanos de diversos países do mundo.

"Estamos todos conectados à escravidão. Estamos conectados pelo consumo. Um carro vendido aqui foi feito em Detroit com aço produzido com carvão de nossos campos na Amazônia que provavelmente têm trabalho escravo", declarou. "Essa é a matéria-prima de nossos carros, nossos prédios, nossa moda", completou.

Sakamoto falou do trabalho da ONG e sobre como ela identificou, desde 2003, ao menos 700 cadeias produtivas adotando mão de obra análoga à escravidão, com centenas de empresas brasileiras e multinacionais envolvidas.

“Consumidores têm um importante papel a cumprir. Eles influenciam investidores”, afirmou, lembrando que a Repórter Brasil criou o aplicativo ‘Moda Livre’, que mostra o que as empresas de moda estão fazendo para combater o trabalho escravo e o tráfico de pessoas em sua cadeia produtiva.

Segundo estimativas da OIT, em 2012, existiam cerca de 21 milhões de pessoas vivendo em situação de escravidão moderna no mundo, gerando 150 bilhões de dólares de lucros ilegais. Quase metade delas (11,4 milhões) eram mulheres e meninas.

Preocupações sobre o Brasil

Recentemente, as Nações Unidas manifestaram preocupação com possíveis retrocessos no Brasil no que se refere ao combate ao trabalho escravo contemporâneo.

A Organização alertou no fim de abril que o projeto de lei 432/2013, em tramitação no Congresso, é uma tentativa de revisar a legislação brasileira — considerada uma das mais avançadas sobre o tema — para reduzir as hipóteses do que pode ser considerado trabalho escravo no país.

O projeto pretende limitar o conceito de trabalho escravo somente para ocorrências em que se identifica o cerceamento à liberdade do trabalhador, excluindo casos em que estes são submetidos a situações degradantes, como prevê a lei atual.

“Situações em que trabalhadores são submetidos a condições degradantes ou jornadas exaustivas,

maculando frontalmente sua dignidade, ficariam impunes caso essa alteração legislativa seja aprovada”, afirmou as Nações Unidas na nota técnica sobre o tema (acesse aqui).

A ONU recomendou a rejeição da proposta e a reativação de iniciativas como a “Lista Suja” do trabalho escravo, cadastro de empregadores que fazem uso de mão de obra análoga à escravidão no Brasil.

A lista, publicada e atualizada semestralmente pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social desde novembro de 2003, foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal em dezembro de 2014. No entanto, no último dia (11), último dia da presidente Dilma Rousseff no cargo, o cadastro foi reativado por uma nova portaria interministerial assinada pelo governo federal, segundo a Repórter Brasil (saiba mais aqui).

Iniciativas globais

As Nações Unidas também têm iniciativas globais de combate ao trabalho escravo. Uma delas é a campanha “50 for Freedom”, da OIT, que pretende, até 2018, fazer com que líderes de 50 países ratifiquem um novo protocolo específico para a condenação à prática do trabalho forçado. A campanha é apoiada por personalidades como o ator brasileiro Wagner Moura e a atriz norte-americana Robin Wright.

Fonte: <https://nacoesunidas.org/estamos-todos-conectados-ao-trabalho-escravo-contemporaneo-diz-brasileiro-em-evento-na-onu/> - 18.05.2016

Escravidão moderna atinge 45,8 milhões de pessoas no mundo

Andreia Verdélio

Cerca de 45,8 milhões de pessoas em todo o mundo estão sujeitas a alguma forma de escravidão moderna. A estimativa é do relatório Índice de Escravidão Global 2016, da Fundação Walk Free, divulgado hoje (30).

Segundo o documento, 58% dessas pessoas vivem em apenas cinco países: Índia, China, Paquistão, Bangladesh e Uzbequistão. Já os países com a maior proporção de população em condições de escravidão são a Coreia do Norte, o Uzbequistão, o Camboja e a Índia.

A escravidão moderna ocorre quando uma pessoa controla a outra, de tal forma que retire dela sua liberdade individual, com a intenção de explorá-la. Entre as formas de escravidão estão o tráfico de

pessoas, o trabalho infantil, a exploração sexual, o recrutamento de pessoas para conflitos armados e o trabalho forçado em condições degradantes, com extensas jornadas, sob coerção, violência, ameaça ou dívida fraudulenta.

Embora seja difícil verificar as informações sobre a Coreia do Norte, as evidências são de que os cidadãos são submetidos a sanções de trabalho forçado pelo próprio Estado. No Uzbequistão, apesar de algumas medidas de combate à escravidão na indústria do algodão, o governo ainda força o trabalho na colheita do algodão.

No Camboja, há prevalência de exploração sexual e mendicância forçada e os dados do relatório destacam a existência de escravidão moderna na

indústria, agricultura, construção e no trabalho doméstico. Já na Índia, onde 18,3 milhões de pessoas estão em condição de escravidão, apesar dos esforços do governo em lidar com a vulnerabilidade social, as pesquisas apontam que o trabalho doméstico, na construção, agricultura, pesca, trabalhos manuais e indústria do sexo ainda são preocupantes.

No último relatório, de 2014, cerca de 35,8 milhões de pessoas viviam nessa situação.

Escravidão moderna

Segundo a Walk Free, a escravidão moderna é um crime oculto que afeta todos os países e tem impacto na vida das pessoas que consomem produtos feitos a partir do trabalho escravo. Por isso, é preciso o envolvimento dos governos, da sociedade civil, do setor privado e da comunidade para proteção da população vulnerável.

Segundo a fundação, quase todos os países se comprometeram a erradicar a escravidão moderna por meio de suas legislações e políticas. Os governos que mais respondem no combate ao trabalho forçado são aqueles com Produto Interno Bruto (PIB) mais elevado como a Holanda, os Estados Unidos, o Reino Unido, a Suécia e a Austrália. As Filipinas, a Geórgia, o Brasil, a Jamaica e a Albânia estão fazendo grandes esforços, apesar de ter relativamente menos recursos do que países mais ricos, segundo a Walk Free.

No prefácio do relatório ao qual a reportagem da Agência Brasil teve acesso, o fundador e presidente da Walk Free, Andrew Forrest, diz que o Brasil foi um dos países pioneiros na divulgação de uma lista de empresas nacionais multadas na Justiça pela utilização de trabalho forçado. Uma liminar impedia a publicação da chamada Lista Suja do Trabalho Escravo desde dezembro de 2014. Na semana passada, entretanto, o Supremo liberou a divulgação dos nomes das empresas autuadas.

Os governos que menos fazem para conter a escravidão moderna, segundo o relatório, são a Coreia do Norte, o Irã, a Eritreia, a Guiné Equatorial e Hong Kong.

Na avaliação da entidade, levando-se em conta o Produto Interno Bruto (PIB) e a riqueza relativa do país, Hong Kong, Catar, Singapura, Arábia Saudita e Bahrein poderiam fazer mais para resolver

problemas de escravidão moderna dentro de suas fronteiras.

Segundo a Walk Free, muitos países, incluindo as nações mais ricas, continuam resgatando vítimas, enquanto muitos não conseguem garantir proteções significativas para os trabalhadores mais vulneráveis.

A pobreza e a falta de oportunidades são fatores determinantes para o aumento da vulnerabilidade à escravidão moderna. Os estudos também apontam para desigualdades sociais e estruturais mais profundas para que a exploração persista - a xenofobia, o patriarcado, as classes e castas, e as normas de gênero discriminatórias.

Escravidão no Brasil e nas Américas

Segundo a Walk Free, o Brasil tem 161,1 mil pessoas submetidas à escravidão moderna – em 2014, eram 155,3 mil. Apesar do aumento, a fundação considera uma prevalência baixa de trabalho escravo no Brasil, com uma incidência em 0,078% da população.

O relatório aponta que a exploração no Brasil geralmente é mais concentrada nas áreas rurais, especialmente em regiões de cerrado e na Amazônia. Em 2015, 936 trabalhadores foram resgatados da condição de escravidão no país, em sua maioria homens entre 15 e 39 anos, com baixo nível de escolaridade e que migraram dentro do país buscando melhores condições de vida.

Nas Américas, pouco mais de 2 milhões de pessoas são vítimas de trabalho escravo, mais identificados na Guatemala, no México, no Chile, na República Dominicana e na Bolívia. Os resultados da Walk Free sugerem que os setores de trabalho manuais, como a construção, os trabalhos em fábricas e domésticos são os que concentram mais escravos modernos nas Américas.

O país com maior número de pessoas submetidas à escravidão é o México, com 376,8 mil. Os governos com melhores respostas no combate a esse crime são os Estados Unidos, a Argentina, o Canadá e o Brasil.

O relatório completo da Walk Free está disponível na internet.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/escravidao-moderna-atinge-458-milhoes-de-pessoas-no-mundo> - 30.05.2016

ENGLISH

Heartache and suffering: Slavery in Brazil

Al Jazeera America follows one man as he retraces his road to exploitation in his own country

Matt Sandy

There is a journey across the north of Brazil that few who make it ever forget. It goes from the often-destitute farms and villages of the country's northeast along disintegrating freeways and across the waters of the River Araguaia on rusting ferry boats. Down ragged red dirt tracks, it arrives at the frayed periphery of the Amazon rainforest, where the voyage ends.

This is the slavery road, along which thousands of poor workers are trafficked, threatened, beaten and made to work without pay on farms or down coalmines or deforesting the jungle. It has happened for decades and — despite efforts to combat it — is still commonplace in the world's eighth-largest economy.

Since 2003, the government has rescued 44,483 workers from what it calls conditions analogous to slavery. But the numbers of slaves is unknown.

"It is an invisible crime," said Luiz Machado of the International Labor Organization. "The victims are threatened and stay silent. It is impossible to say."

Globally, it is estimated there are as many as 36 million slaves, according to leading nongovernmental organizations. A 1956 U.N. convention defines "slavery" as "debt bondage, serfdom, forced marriage and the delivery of a child for ... exploitation."

In Brazil, slavery is defined as forced labor, debt bondage, degrading conditions that violate human rights or overwork that threatens life or health. This wider definition, which is based on protecting dignity as well as freedom, is supported by the Human Rights Council of the UN and the International Labor Organization.

Slavery is reported across the country, from farms in the wealthy south to five-star hotels in Rio de Janeiro and factories in São Paulo. But for decades, the heart of the problem has been this well-trodden route. It leads from northeastern states such as Maranhão and Piauí, known for their poverty and political corruption, to Pará, a vast state in northern Brazil encompassing much of the Amazon rain forest.

Former slave Elenilson de Conceição, whose furrowed face belies his 29 years, knows it intimately after he was himself enslaved to deforest the jungle. He was not paid a cent for three months of grueling labor and slept under the stars amid a forest filled with jaguars and deadly snakes. As he retraced the route with Al Jazeera America to highlight the problem, the rattle-taggle truck stops; the caged vans barely fit for animals; the shrill ferry horn, all brought back painful memories.

It is a problem that is entrenched into the feudal culture of many of Brazil's remotest areas. It is estimated that as many as 4.9 million people, overwhelmingly African, were enslaved in Brazil after it was colonized in 1500. For more than two centuries, vast areas of the country were ruled by all-powerful captains appointed by Lisbon who had the right to exploit natural resources — and slaves — at will.

Slavery was abolished in 1888, but land reforms forced the poor to continue to be exploited in terrible conditions on the same farms, historians say. It was only after the widespread exploitation of the Amazon began 40 years ago and Brazil's return to democracy in 1988 that the problem was acknowledged.

Conceição, like many others, did not grow up understanding the concept of slavery. Instead, many of his parents' generation understood themselves to be migrant workers. He, like those before him, was living in poverty when he was tempted by an unscrupulous agent — or gato — who lived locally and promised work. Conceição was trafficked to the Amazon and, amid death threats and violence, set to work without pay, days off, decent food, safety gear or bearable living conditions.

Piauí, his home state, is one of the poorest in Brazil. Thirty-five percent of its residents live in households that earn less than one-quarter the minimum wage, which stands at 788 reais (\$255) a month. Only two states are poorer, including the nearby Maranhão, also a recruitment hotbed. More than half the population lives without adequate sanitation, and 23 percent of adults are illiterate.

In Monsenhor Gil, a town of 10,000 people near the state capital, Teresina, just over 65 percent of residents live below the poverty threshold. At the cinderblock shack where Conceição grew up, the number 600 is daubed with yellow paint on the wall next to a rusting mailbox. Trees give shade to the scorched earth of the garden.

It was in this town that he met the agent, José Wilson, who also lived here, in 2004. A short, stubby man with a moustache, he talked a good talk and was convincing.

“They told us they had everything we needed at the farm, so to bring little,” Conceição said. “In truth, we thought we would be exploited and would work for little money. But we did not know the reality of how much we would suffer at their hands.”

Leaving his family for the first time, he was told to wait at the town’s corrugated iron bus stop early one morning with 14 other recruits. He took only three shirts, three pairs of shorts and a pair of shoes. There began his 800-mile, 60-hour journey to Santana do Araguaia, in Pará, along lawless and dangerous roads.

Clandestine buses roar down potholed single-lane highways through the shrub-strewn countryside at night to avoid the authorities. Sexual exploitation of children from the poor communities along the road by truck drivers is routine.

When Al Jazeera America retraced the route with Conceição in April, there was a stream of accidents — often involving donkeys, cows and pigs — on the road. The simple towns were marked by evangelical churches, cinderblock hotels and car repair workshops.

On the journey the workers talked of their families and slept. They stopped for a shot of cachaça at a roadside bar but no more. “We had heartache, as we did not want to leave our families, behind but we were so desperate for money,” Conceição said. He did not shower, since he could not afford the fee (about \$1.60) at rundown truck stops.

“This movement of slaves has been going on since the expansion of capitalism into the Amazon about 40 years ago,” said Xavier Plassat, a French friar who leads the campaign against modern slavery for the Land Pastoral Commission in Brazil. “That created a tension over land here that has led to immense suffering.”

Conceição said the bus finally stopped on the roadside near Santana do Araguaia, in Pará state. The men were ordered onto a cattle truck with a

cage section on the back — a design that still gives him flashbacks when he sees it.

“The promise was that we would go to a farm, but actually when we arrived, there was no farm,” he said. “We simply walked into the Amazon forest. When we were in the middle of the forest, we stopped, and we were ordered to put up a canopy.”

The men’s mission was to deforest that part of the Amazon to create a ranch and sell the timber. Many others who are enslaved there are put to work on livestock farms, with others forced to do dangerous work in coalmines.

Their leader was called José de Arimatéia, the name of the disciple who donated his tomb for Jesus’ burial after his crucifixion.

“He was a goat of a man, a nasty bit of work,” he said. “He was tall and always wore a hat. He kept a large machete by his side and always had a shotgun in his hand. He said that it was to get rid of the bad ones. I do not know what he meant by that. With him was José Wilson, who came with us from Monsenhor Gil, and a helper we called Barba.”

The 100-odd workers on the farm were woken at 4 a.m., when Barba would shout at them to get up. It would still be pitch black. There would be a long walk through the forest until work started at 5:30 a.m. It would not finish until 6 p.m. They never had a day off, and they had no idea how long they would be held before they were released. The food was white rice and uncooked black beans, with only dirty water to drink.

The men were left to fend for themselves in the middle of the jungle, sleeping in hammocks in the open under a leaking canopy.

“We spent most of the nights on our feet, since when it rained, the water would blow everywhere,” he said. “Most of our protection from the rain came from the trees above.”

The forest was dangerous, filled with jaguars, snakes, scorpions and hornets. “We were especially scared of the jararacussu, a deadly yellow and black viper with tiled scales,” he said. “One day we woke up, and there was one that was 3 meters long beneath the hammocks, and there was nothing we could do to scare it away.”

“We would keep our fire going all night because we thought the jaguars would be scared of it, but often in the morning we would see their footprints around our shack.”

The farm, Boca do Monte, appears to be among a recent trend of enterprises designed to involve too small an area to be picked up by the satellites the

Brazilian government uses to track deforestation, which soared by 63 percent in the 12 months ending in January 2015, according to figures released by Brazil's National Institute for Space Research. "This is a new pattern, and the government has struggled to respond to this," said Ginny Baumann, an anti-slavery campaigner at the Freedom Fund.

Conceição said they were told that the deforested land would be used for cattle, but said he saw the wood being transported away for timber as well.

The workers were not paid and were told they had a debt to their masters they would have to repay. "It turned out the bosses had everything we needed — food, water, work clothes, tools, medicine — but their intention was to sell it to us," he said.

The prices, too, were marked up, with a bag of rice costing the equivalent of \$14.50 and a pack of bars of soap costing \$4.80 — both five times the usual price in a shop. He said, "The boss would come and give orders to Barba. Then he would say to us, 'Look, the patrão [boss] says you have to work even if you do not have the money to eat.' He said that."

When the men became ill, there was no proper medical treatment. A friend of Conceição's injured himself cutting down a vine and was charged \$16 for five stitches. The woman who did it had no training," he said. "It was like she was sewing an animal."

"The worst was when I saw a friend trembling, sick with a fever we thought was malaria," he said. "He had no medicine, had no transportation, had nowhere to go. Malaria can kill, right? It is so difficult to see a sick friend and not be able to help him all night, not even be able to tell his family what is happening. That was hard."

"In the evenings, we just kept talking and thinking, 'How are we going to get away?'" he said. "Barba heard us and told us the bosses would find us and kill us."

"I do not think I could have escaped. I had no money. I had left what I had at home. We could not have gotten away from there. There's nowhere to go on foot. They took us to a place that you cannot walk, return, return on foot at all," Conceição said.

The hardest thing for him was missing his relatives. "Every single day, I had a yearning for my family," he said. "When we stopped work, we would lie down and keep talking. On weekends I would imagine being back home, where they would be having a forró dance or be in the bar playing pool. But where we were, there was nothing — only sleeping and working."

Then after three months, the men were suddenly released and put on a bus to Monsenhor Gil. "In those three months I did not receive a single cent," he said.

The decision to release the workers came in the aftermath of a raid by inspectors from Brazil's Ministry of Labor on a neighboring farm, in which 78 slaves were rescued. Conceição was given \$77 to cover his trip home, but unlike the slaves rescued by the government, does not have a right to claim compensation. The owner of the raided farm was not arrested but was eventually ordered to pay \$257 to \$322 to each worker after a civil case brought by the Land Pastoral Commission.

"Getting home, it was a joy to see my family," Conceição said. "My main fear was that I would die somewhere out in the forest without ever speaking to them again."

"But I arrived home without money. My parents cried and asked me not to leave again. My sister gave me a crucifix to wear every time I travel to keep me safe."

He is lucky because he never had to return to slavery, instead joining a cooperative of former slaves who work on their own land. But many others, even if they are rescued by federal inspectors, feel they have no choice but to return to the slavery road because of their financially desperate situation, said Plassat.

"I had terrible nightmares. I have no way to forget what happened," Conceição said. "Still in our city people still migrate again and again to all of these places."

"They simply feel they have no choice."

Edited by D. Parvaz, Mark Rykoff, Vaughn Wallace

Fonte: <http://projects.aljazeera.com/2015/07/slavery-brazil/>
18.07.2015

New draft law to combat human trafficking brings hope in Morocco

Experts believe adopting the new anti-trafficking law will make it easier for authorities to investigate and prosecute this widespread crime.

The thought of earning 2,500 dirhams [approximately USD 250] per month was enough of an incentive for Nora, then 24, to pack her bags and leave her hometown in Côte d'Ivoire behind. A Moroccan woman living there had told her about the opportunity to work as a housemaid for a family in Kenitra, Morocco, so she boarded a plane and headed north.

Upon arrival, Nora was quickly faced with the reality that she had been tricked into the dark realm of human trafficking. Her passport was seized and she was forced to work 18 consecutive hours each day without pay. For months, she was locked in her captor's house and beaten regularly.

Nora is one of countless women and children who have been trafficked through Morocco for forced labour including domestic work and sexual exploitation. There are, however, no reliable estimates of the number of people this crime currently ensnares.

At a seminar in May, the findings of a recent study on the trafficking of women and children in Morocco, led by the country's Ministry of Justice and Liberties in partnership with UN Women and the Swiss Agency for Development and Cooperation of Switzerland, were presented to more than 100 members of government, civil society and international organizations.

The study identifies human trafficking as both an internal as well as a transnational problem, with Morocco at the hub as a country of origin, destination and transit. It is described as "legally invisible," because it is not clearly defined in domestic law. Moreover, when trafficking involving Moroccan nationals occurs abroad, it can often be impossible for Moroccan officials to intervene across borders.

The urgent need to prevent and address the needs of those trafficked has been in focus for a few years now. During a visit to Morocco in 2013, the UN Special Rapporteur on trafficking in persons expressed concern about the lack of an adequate legal framework to effectively address the issue. Moroccan officials informed her that the adoption of a new anti-trafficking law would enable authorities

to train police officials on the identification of victims.

A draft law against human trafficking was approved by the Moroccan Government just days before the joint UN Women study was released in May, and is expected to be debated and adopted as early as October.

The Special Rapporteur believes new anti-trafficking legislation will simplify the processes of investigation, data collection and prosecution, where complications exist due to the crime's ambiguous definition in the Penal Code.

"The police do not consider instances of trafficking as cases. They treat women as prostitutes, they think that they can never be forced [to have sex]," said a representative of a civil society organization that helps women who are survivors of violence, who was interviewed anonymously for the study. "It is difficult to prove. The man will lie; he will say he does not know that his wife does that, even if he forced her into prostitution. She can even be accused of adultery."

The proposed recommendations outlined in the joint UN Women study include the adoption of specific legislative measures that prioritize the survivors and criminalize human trafficking. In addition, it recommends protecting the vulnerable by increasing public awareness through organized campaigns and circulating information to those involved, such as police, judges and social workers.

Along with the study, UN Women helped organize training sessions on human trafficking issues for 253 magistrates and 135 social workers. It also established counselling rooms within courts of justice in eight Moroccan cities.

"The Moroccan Government has already made significant progress by acknowledging the phenomenon and the specific needs of victims of human trafficking," said Leila Rhiwi, UN Women Maghreb's Representative. "A lot of work still needs to be done, but the approach adopted by the Ministry of Justice and Liberties is already an important step forward and raises much hope."

Fonte: <http://www.unwomen.org/en/news/stories/2015/9/new-draft-law-to-combat-human-trafficking-brings-hope-in-morocco> - 09.09.2015

Human trafficking in the US: Sisters' networks and ministries break the cycle one life at a time

Dawn Araujo-Hawkins

Crystal was 13 years old when she met her pimp. Of course, she didn't think of him as a pimp; he was her boyfriend, her savior, the man who doted on her and gave her the things her parents couldn't or wouldn't provide.

"You know how you're a little girl and you dream of Prince Charming? Well, he was Prince Charming," Crystal said from her home in Watertown, South Dakota. She asked that her real name not be used.

Crystal met this man through her dad's substance abuse program. He was 10 years her senior. When they started dating, he got Crystal hooked on cocaine and the first time he sold her, it was to make good on a cocaine deal.

"He was out of coke and he asked me if I'd dance for his drug dealer," she said. Crystal did it, and before long, she was also prostituting on the streets, dancing in clubs and working as an escort for politicians and professional athletes in order to feed the couple's habit. Crystal hated what she was doing, but she said if she told her pimp no, he would beat her. Sometimes he would beat her even when she did what he asked. Crystal lived this way for four years — traveling across California, her home state, and Nevada — until her pimp went to prison on drug charges. She was 17.

Looking back, Crystal, now a 44-year-old mother of two, is convinced her pimp had everything planned when he first approached her, the vulnerable teenager from a troubled home.

"He offered me lemonade and brownies. He wanted to go out and date me, told me how pretty I was," she said dryly. "He suckered me into it, I guess."

Crystal's story is depressingly common. The United Nations defines human trafficking as the recruitment, transfer, harboring or receipt for persons for an improper purpose — usually forced labor or sexual exploitation — and it happens all the time. The numbers are hard to pin down but Polaris Project, a leading human trafficking advocacy group, estimates that 100,000 children are sold into sex slavery each year. And that's just in the United States. The International Labor Union estimates that, globally, there are about 20.9 million sex and labor trafficking victims — 5.5 million of them children, and more than half of them female.

Today, from coast to coast, Catholic sisters in the U.S. do everything from staffing safe houses for survivors to teaching seminars on how to spot and report trafficking. Forty congregations of women religious belong to U.S. Sisters Against Human Trafficking, a national network that provides education about trafficking, helps trafficking

survivors get access to rehabilitative services and advocates for the policies and legislation that make human trafficking more difficult. But it wasn't always that way. It actually took a long time for human trafficking, particularly sex trafficking, to become a mainstream social justice cause that anyone talked about.

A winding path to a holistic approach

After all, there has always been human trafficking in the United States. In fact, the first Jamestown tobacco fields were toiled by slaves trafficked from western Africa, meaning that trafficking here actually predates the United States as the United States. Still, the nation's history of dealing with trafficking is somewhat convoluted, with efforts to thwart the problem often obfuscated by the overlapping and sometimes competing issues of race, sex and politics.

For instance, the first anti-trafficking legislation in the U.S., the Mann Act of 1910 — also known the White Slave Traffic Act, it should be noted — wasn't so much about protecting the vulnerable as it was about sheltering working-class white women from perceived sexual impropriety. The act built upon the 19th-century British movement that coined the term "white slavery," and that, similarly, sought to protect white women from prostitution, forced or otherwise. When second-wave feminists in the U.S. revived sex trafficking as a cause célèbre in the 1970s, they too borrowed from this legacy, focusing on misogyny and sex markets but sometimes butting heads with sex workers who didn't consider themselves victims.

It wasn't until 2000 — 90 years after the Mann Act — that feminist groups nudged the United States into enacting the Trafficking Victims Protection Act, the piece of legislation now heralded as the substantive core of all federal anti-trafficking efforts, thanks to its holistic approach to human trafficking.

For starters, instead of simply policing prostitution and sex, the act established a number of paths to rehabilitation for true trafficking survivors, including financial restitution and special visas for those trafficked into the U.S. from abroad. The act also created a State Department office and a task force exclusively focused on human trafficking. The former publishes the annual Trafficking In Persons report that serves as the U.S. government's primary diplomatic tool in international anti-trafficking efforts (for better or for worse).

Subsequent reauthorizations of the Trafficking Victims Protection Act in 2005, 2008 and 2013

expanded protections for survivors and strengthened anti-trafficking collaborations between federal and local law enforcement operations. And as momentum behind the anti-trafficking movement in the U.S. grew, it also began to attract more and more adherents, particularly among faith groups.

In 2011, the so-called #TomatoRabbis of the Jewish human rights group T'ruah paired up with the Coalition of Immokalee Workers to address labor trafficking on U.S. farms. The following year, more than 40,000 evangelical college students donated a reported \$3 million to the anti-sex trafficking cause during a conference hosted by Georgia megachurch pastor Louie Giglio.

But one of the very first faith groups to take on human trafficking was Catholic sisters.

In 2001, just a year after both the Trafficking Victims Protection Act and a new United Nations protocol brought human trafficking to the forefront of social justice issues, the International Union of Superiors General approved a declaration committing Catholic sisters around the world to solidarity in addressing human trafficking at “every level.” In 2009, the group created Talitha Kum, a global anti-trafficking network of women religious. Three years after that, the Leadership Conference of Women Religious adopted a resolution to end human trafficking, citing the fact that many of the conference’s member congregations were already involved in anti-trafficking ministries.

The Sisters of the Divine Savior were early adopters of the anti-trafficking cause, even among women religious. The U.S. province made it one of their two primary issues in 2001 (the other being girls’ education), and by 2002, Divine Savior Srs. Jean Schafer and Sheila Novak had relocated from the Midwest to California in order to scout out what ministries would be of most service in a state noted for its high rates of human trafficking.

Schafer and Novak ultimately opened a rehabilitation house for human trafficking survivors in the San Diego area where they still live. The duo can house five women at a time, and they craft rehabilitation processes that match the needs of each individual. Some women start going to school, while others get jobs. Novak and Schafer help them get to meetings with their lawyers and social workers, and they help them to learn English, if necessary. (They say about half of the women they’ve housed throughout the years have been United States citizens.)

It’s from this house that Schafer edits the widely read Stop Trafficking Newsletter, which is co-

sponsored by 74 congregations of women religious nationwide. It’s also where she and Novak keep a pulse on trafficking news, both in California and across the U.S.

A lot has changed since they started doing this work, Novak told Global Sisters Report. The Internet has been a big game changer, making the trafficking of human beings both easier to do and harder to track. At the same time, she said, people these days are better educated when it comes to human trafficking. “At the beginning, and I’m talking back in the early 2000s, there was very little knowledge — even among people you would expect to have knowledge, like judges and the police,” she said.

But today, thanks to training grants for police departments, not to mention the advocacy and education ministries of women religious, law enforcement agencies across the country are getting up to speed on human trafficking. Because, despite a common misconception that human trafficking — if it happens at all — doesn’t happen in the U.S., it does happen here.

Even in Watertown, South Dakota — a city with a population of less than 22,000 — where trafficking survivor Crystal now lives, human trafficking is a problem. But like in many communities, Watertown also has a congregation of women religious (Benedictines in this case), who are on a mission to make sure every South Dakotan they meet knows human trafficking is happening in their backyard.

Benedictines launch community effort

Among the Watertown Benedictine sisters this spring, there was a lot of talk about putting up a billboard on Interstate 29. The congregation had recently applied for a Catholic Health Initiatives violence prevention grant and, if they got it, the billboard was one of the first things they planned to do.

Running 746 miles north-south from Kansas City, Missouri, to the Canadian border at Manitoba, cuts right through Watertown, I-29 — like most major highways in the United States — is an active trafficking conduit. In fact, the most remarkable thing about I-29 when it comes to human trafficking activity may be that it isn’t remarkable at all; according to a 2013 report from the Maryland-based Abell Foundation, an estimated 70 percent of sex trafficking in the U.S. depends upon the use of the interstate highway system.

In June, the Benedictines were told they’d received their grant, and they’re already in discussions to get

a billboard up in time for next summer's Sturgis motorcycle rally and pheasant hunting season — times when the sisters say there's an uptick in sex trafficking in South Dakota. The billboard will be aimed primarily at truckers, providing them with tips on how to spot sex trafficking at truck stops and a hotline number to call when and if they do.

"I don't know if we're overly ambitious, but we're saying our service area is within a radius of 100 miles of Watertown," said Sr. Teresa Ann Wolf, the spry, soft-spoken director of the Watertown Benedictine Multicultural Center and member of HOPE, a local initiative to end human trafficking.

The Benedictines started HOPE three years ago after their prioress, Sr. Marlene Minnaert, came back from the LCWR annual assembly at which the resolution to address trafficking was approved. But from the start, Wolf says, the sisters did not want HOPE to be "the nun project."

"We wanted this to be a community effort," she said, "and we've been very happy to be able to do that from the very beginning — to get other churches involved, social service agencies, the school, ministerial associations — those kinds of people."

Education is HOPE's primary focus, hence the desire for the billboard. Members talk at middle schools, churches, to Rotary clubs, and to Girl Scout troops. They travel up and down I-29 into North Dakota, across South Dakota and even over into Minnesota — basically anywhere their presence requested — teaching people about sex trafficking.

"When we tell people about the problem," said Colleen Lindberg, another HOPE member, "they say, 'No, no, no, no — that's in other countries.' People want to think it's over in Thailand."

But, in fact, 14 men in South Dakota have been federally indicted for sex trafficking in the last two years. And Watertown Detective Nic Ahmann told Global Sisters Report that just in the first few months of this year, the South Dakota Internet Crimes Against Children task force had arrested six men for soliciting sex from children under the age of 16.

South Dakota also has nine American Indian reservations, one — the Lake Traverse Reservation of the Sisseton-Wahpeton Oyate — is just an hour north of Watertown along I-29, a point of interest to HOPE, given that Native American women have become increasingly susceptible to sex trafficking in recent years. It's Sr. Theresa Wolf's dream that the HOPE network will soon expand widely enough to

include this reservation, and she's already been hard at work making connections in the area.

"We want to invite the churches in Sisseton [South Dakota] into our network so we get more participation from Native Americans," she said.

The boarding school effect

About 10,500 Sisseton-Wahpeton Sioux (Oyate) live on the reservation and on nearby protected land. Like the other reservations dotted throughout the western half of the country, the Lake Traverse Reservation is plagued with poverty and substance abuse — the lasting effects of centuries of systematic oppression of Native peoples in the United States.

Teresa White, an addiction counselor for youth on the Sisseton reservation, says trauma runs deep in Indian country. Consider, she said, the fact that generations of Native children — from the 1870s until the 1980s — were sent to abusive boarding schools. What kind of parents could those children grow up to be?

"If a little kid fell down, bumped their knee and started crying, what would you do? Say, 'Oh come here, baby. Let me kiss your boo-boo. Do you want a Band-Aid?'" she said. "Back then, it was, 'Get up. Get in line. Go.' They didn't get a caress. They didn't get love. They didn't learn that part of parenting. So when they grew up and had babies, they didn't pass it to their children. They couldn't pass it because it was never put in."

White, a fiery woman known for her devotion to her clients and her tribe, grew up on the Sisseton-Wahpeton Oyate reservation. She says this terse relationship style common among Native people is called the boarding school era effect, and even she — a counselor with years of study in historical trauma and its effects — isn't immune.

"I was married for 16 years, and I only told my husband — I think — twice that I loved him," she said. "And that's because he never asked me. I never told my children growing up. That didn't mean I didn't love them. It was because it wasn't in my generation."

The boarding school effect has played its part in the maelstrom of issues that make Native girls particularly vulnerable targets for sex traffickers: In addition to their being poor and therefore able to be enticed by money and gifts, their parents often don't know what they're up to or who they are talking to. Many have cognitive delays as a result of Fetal Alcohol Syndrome. And then there's the sexual abuse.

Native young women and sex trafficking

In an April webinar on human trafficking hosted by the National Indigenous Women's Resource Center, Lisa Brunner, the organization's programs specialist, said Native women are two and a half times more likely than women of other races to be the victims of sexual assault. On the Sisseton reservation, White said that for every 10 girls who walk into her office, nine have been raped or sexually molested.

"It sounds rough to put it this way," White said, "but these young Indian girls are fresh meat."

Fresh meat. That is, Native girls — with all of their vulnerabilities — are a new, untapped demographic for the sex traffickers who need a constant supply of young girls in order to meet market demands.

Native American sociologist and trafficking survivor Alexandra "Sandi" Pierce says that for Native girls in the Great Plains and the upper Midwest, most sex trafficking happens at private parties arranged by traffickers.

Sometimes girls are gang-raped once they arrive at these private parties, and then video of the assault is used to blackmail them into continued service, Pierce says. In other instances, girls agree to provide sex at parties in exchange for money or gifts. In both cases, the girls usually consider the trafficker/party host to be their boyfriend, and Pierce says an alternating pattern of violence and kindness is used to keep girls off base and focused on pleasing "their man."

Teresa White is all too familiar with these private parties. Trafficked Sisseton-Wahpeton Sioux girls, she said, are sold at parties hosted for migrants working at farms near the reservation. The girls make \$100 to work the party, and then their "boyfriends" ask them to recruit their friends.

Benedictine Sr. Teresa Ann Wolf has been to the farms, travelling from Watertown to try to explain, in Spanish, the U.S. consent laws to migrant workers who — incidentally — may have been trafficked for labor themselves.

She says some of the farmers see no problem with having sex with minors. "One man was involved with a 14-year-old girl," she said. "He said, 'She told me she was 16.' I said, 'That's still a minor in the United States.'"

Wolf explained that many of the migrant farmers have families back home, but it's too dangerous for their families to travel to South Dakota with them. So the men are alone. The only real socialization

they have is at bars and at these parties hosted by sex traffickers. In many cases, the farmers don't know who the girls are, how old they are or how they got there.

Wolf, however, doesn't see that as a much of an excuse.

"I've said, 'You know better than this.' But they say, 'These are the women who are available to us.'"

Building trust and eradicating root causes

Despite the fact that these parties are far from secret, it is difficult for law enforcement to prosecute the men who participate in them. Really, as police officers from New York City to Watertown to San Diego will tell you, all forms of human trafficking are difficult to prosecute.

Nic Ahmann, the Watertown detective who's on the South Dakota Internet Crimes Against Children task force, said human trafficking is the type of crime that mandates intentionality from law enforcement agencies because it's so underground. Agencies have to make a conscious decision to go after trafficking, he said, and then they have to "dive completely into it." But that level of dedication takes lots of time, lots of training and lots of resources. And even then, that doesn't mean law enforcement efforts will be fruitful.

Ahmann said sex traffickers are a lot like drug dealers in that they work in rings. You can arrest one trafficker, but another one will pop up to take his place. Trafficking victims have also suffered such intense emotional manipulation that, assuming they even know his real name, it's often impossible to get them to turn over their boyfriend/pimp to the police.

"In Watertown, in the last year we've made two prostitution arrests," Ahmann said. "The difficulty is, we have to make that victim — that person who is a suspect, but really is a victim — we have to make them trust law enforcement enough to be able to tell us if someone is forcing them to do this. . . . We have the resources available in Watertown, we just have to do our job well enough to make them feel comfortable to open up to us."

From the law enforcement side of things, addressing human trafficking is an almost unfairly uphill battle. That's why women like Teresa White on the Sisseton-Wahpeton Oyate reservation and the Watertown Benedictines are trying to get at human trafficking by eradicating root causes.

White wants jobs on Indian reservations. Her thinking is that companies should get tax breaks for

building businesses on reservations. The new jobs resulting from these businesses would help Native Americans lift themselves out of poverty which, among other things, would make it less likely that Native girls would need or want to sell sex for a cell phone and a clean pair of jeans. “Write the president on that,” White said.

In Watertown, the Benedictine sisters and HOPE take every opportunity they find to publicly call out human trafficking for what it is — trusting that if enough people understand what the crime looks like and how it works, fewer will be vulnerable to traffickers and their tricks. “It’s a global reality,” Sr. Theresa Ann Wolf said. “It’s in the United States, it’s in South Dakota. What, then, can you do to stop it?”

Tackling a ‘horrific and widespread’ crime

In the nation’s capital, North Dakota’s U.S. Sen. Heidi Heitkamp is also going after the root causes of sex trafficking. Her primary focus is on getting improved resources for runaway minors in order to keep them off the street, away from traffickers and away from the need to sell sex to survive.

“It’s not Laura Ingalls Wilder bounding through the prairie that gets snatched up,” Heitkamp said. “These kids tend to be troubled. These kids tend to have been placed in foster care, to have been in the system for a lot of years. I think doing family interventions earlier and trying to prevent runaways is also another strategy that needs to be pursued.”

Before she was a United States senator, Heitkamp was North Dakota’s attorney general, so she’s well-versed in the trafficking problems along I-29 and among Native populations. All you have to do is replace “South Dakotan dairy farms” with “North Dakotan oil fields,” and you have a pretty clear picture of how and where Native girls are being sold for sex along this stretch of I-29.

As attorney general, Heitkamp worked to change the way trafficking victims were treated in the legal system, and in her first two years in Congress, she’s done more of the same — putting her political weight behind four bills explicitly aimed preventing trafficking or protecting trafficking victims, in addition to introducing and supporting other bills that address tangential issues like tax credits for foster care parents and better resources for Native American communities.

In June, the national network of Catholic sisters were at the ready to advocate, if necessary, for Heitkamp’s latest bill, a bipartisan plan to train health care providers in recognizing when their

patients might be victims of human trafficking and how to report it. So far the bill hasn’t needed help from the sisters; it’s currently with the Senate Committee on Health, Education, Labor and Pensions but, in a statement released on her website, Heitkamp urged for its passing, emphasizing that it could potentially help thousands of victims.

“Human trafficking is modern day slavery plain and simple,” she said, “and is one of the most horrific and widespread crimes in our nation. Health providers are often some of the only people victims may see while they are in captivity, but too often nurses and doctors aren’t sure how to identify or help victims. But we can change that.”

Heitkamp told Global Sisters Report she would also like to see harsher penalties for the people who buy children for sex, noting that when perpetrators of domestic violence began suffering real legal and social consequences, a lot of behavior did begin to change. No one wants to be known publicly as an abuser, Heitkamp said, which is why she’s a big believer that deterrents and intervention on the demand-side of the market can help staunch human trafficking. Heitkamp’s not alone in that.

Working against trafficking — and the unknown

Beginning with a national campaign in 2012, there has been a concerted effort by law enforcement agencies to focus on johns — the men who buy sex — rather than the women and girls being sold. Operation: Buyer Beware, the 2012 campaign, was an 11-state sweep of johns, led by police and sheriffs’ departments, that resulted in 268 arrests and 489 charges in 10 days. Since then, many local campaigns and even additional national campaigns have at least begun to shift law enforcement’s focus in what many advocates would call the right direction — limited as their ability may be to deal with the murky, nebulous world of human trafficking.

“To me, demand is key. This is all about supply and demand,” said Marist Missionary Sr. Judith Sheridan. Sheridan, together with fellow Marist Missionary Sr. Joan Bernich, runs Mary’s Guest House in Chula Vista, California, a rehabilitation house established in 2005 for survivors of sex and labor trafficking. The purpose of the house is to help trafficked women move forward into productive lives and, as Sheridan puts it, to “follow their dreams.”

Like Sheridan and Bernich in Chula Vista, Divine Savior Sr. Sheila Novak in the San Diego-area is

excited about increased pressure on the demand-side of sex trafficking.

In addition to running their rehabilitation house and putting together their ubiquitous Stop Trafficking newsletter (every member in attendance at the monthly HOPE meeting in Watertown this April got a copy) Novak and Sr. Jean Schafer are part of a coalition of about 20 women religious in Southern California that meets monthly to discuss human trafficking. The coalition also puts on an annual symposium; the theme of the 2016 symposium will be addressing demand.

“You can rescue victims,” Novak said, “but until you address the people who are purchasing sex, until you address the underlying cause, you’re just going to perpetuate victims of human trafficking.”

The thing about anti-trafficking work, Novak says, is that for all the legislation and ministries and education programs you come up with, you can never truly know if you’ve been successful.

“I’m hoping the number of traffic victims will decrease, however, the statistics are very misleading because we know that victims of human trafficking don’t always claim to be traffic victims,”

Novak said. “And then to follow them, and to say that they have — really rebuilt their lives? I think this is one of those things you have to take on faith,” adding that her current ministry is a lot like teaching, which as for many sisters, was her first ministry.

“I can give tests to see that my students have mastered a certain amount of material,” Novak continued, “but how do I know if my teaching has really affected them? Made a difference in their lives? I don’t know. And I think with trafficking, we don’t really know. But we believe this is a terrible thing to be done to human beings, and as we go along, we come up with new ways to address it, hoping it will make a difference. And I think that’s all we can do.”

[Dawn Cherie Araujo is Global Sisters Report staff writer, based in Kansas City, Missouri. She traveled to Watertown, South Dakota, to research material and conduct interviews for this story. Follow her on Twitter @dawn_cherie]

Fonte: <http://globalsistersreport.org/news/trafficking/human-trafficking-us-sisters-networks-and-ministries-break-cycle-one-life-time> - 19.10.2015

The scourge of human trafficking: It’s not just other countries’ problem

An expert who's fought to stop the sexual exploitation of children on what we -- and the travel industry -- can do

Daniela Petrova

January has been designated Slavery and Human Trafficking Prevention Month by presidential proclamation.

Millions of women, men and children around the world are subjected to forced labor, domestic servitude or the sex trade. What many don’t know is that this modern-day slavery happens right here in the United States.

Human trafficking involves the use of force, fraud or coercion to obtain some type of labor or commercial sex act. It does not require that a victim be moved over state or international borders and should not be confused with smuggling. Smuggling is transportation; trafficking is exploitation. Being trafficked is not a choice a person makes.

Forty percent of human trafficking cases in the U.S. involve the sexual exploitation of a child according to the U.S. Department of Justice, Bureau of Justice Statistics. Children as young as 12 years old are trafficked for sexual exploitation. In many

states, these children can be arrested for prostitution, even though they are below the age of consent.

Carol Smolenski, executive director of ECPAT-USA, knows these grim statistics all too well. For 25 years, she has fought relentlessly to stop the commercial sexual exploitation of children.

At a coffee shop near the United Nations in New York, Smolenski talked to Salon about the persistent misconceptions surrounding human trafficking, the problem with charging exploited children with prostitution instead of treating them as victims, the role of the travel industry and the types of children who are most vulnerable to fall prey to traffickers. The interview has been condensed and lightly edited for clarity.

Many people believe that human trafficking happens only overseas. Is that true?

The Trafficking of Victims Protection Law of 2000 defined trafficking for the first time. Before that there was no law in the U.S. about it.

It also defined what a human trafficking victim is. If force, fraud or coercion is used to make you do something, you might be one. Also, anyone under 18 who is being “induced to perform” a commercial sex act is a victim of trafficking. You don’t even have to show force, fraud or coercion for a child to be identified as a sex trafficking victim.

When the law was passed, the belief was that it was needed to protect internationally trafficked people in the U.S. The rationale was—and I remember hearing this from legislators—that we didn’t have to write into the law any protections for American kids because, as Americans, they already had protection.

A lot of people still see trafficking victims as poor unfortunate people from other countries. The biggest misconception about human trafficking is that only foreigners can be trafficked.

Are there other misconceptions?

The other big misconception is that when teens are involved—whether boys or girls—it is their choice. That they like it and like the money. It’s hard for people to overcome that belief.

There is universal outrage when pre-pubescent kids are raped, depicted in pornography, or sold in any other way. But as soon as that child reaches the age of puberty—as soon as girls develop breasts and boys get facial hair—all bets are off. These children are now seen as complacent in their own abuse.

You mean that they are being treated as criminals not victims?

I was just reading an article, yesterday morning, from 2003 in the New York Times about a 12-year-old girl who was arrested for prostitution here in New York. She had a long history of physical and sexual abuse by her family, as well as abandonment. A pimp found her and gave her a new dress and a cellphone and told her: “You work for me now.” He told her that he loved her and would take care of her. This is a girl who had never had anyone tell her “I love you” or give her anything. So she did what she was told to do and an undercover cop solicited her and she was arrested.

At ECPAT-USA, we have been fighting to see these kids as victims and treat them as victims, not as bad kids—both by the criminal justice system and

Child Protective Services. And that’s the philosophy behind the Safe Harbor Laws – to require that those kids be given protection instead of being prosecuted.

Tell me more about the Safe Harbor Laws. How many states have them in place?

The first Safe Harbor Law was passed in New York in 2008. There are now 21 states and the District of Columbia with such laws, but they have a wide array of provisions. A very good law would make a child immune from prosecution for being sexually exploited. But most states don’t have that. Most still leave some room for prosecution of victims. Also, a good law would have a provision for services for these kids. You don’t want to simply put them back on the street. You want some way of helping and assisting them. You also want the laws to have provisions for training of law enforcement to see these children as victims not as criminals who should be locked up.

Who are the children most at risk for being trafficked?

Abused kids are most vulnerable to falling victim to commercial sexual exploitation. It is so easy to recruit sexually abused children. Also, foster care kids who might have moved from family to family and don’t really have anyone to take care of them. Runaways and kids living on the street are also very easy to recruit.

These are the biggest categories but, really, any child who feels lonely and disconnected is vulnerable. A risk taker who might be mad with her parents that night can easily decide to get into a guy’s expensive car. And one of the things we’ve learned from so many survivors is that once you’re in, it is really hard to get out. Especially if you don’t have a family, if you don’t have a mom you can call. I have spoken to numerous survivors over the years and so many of them say, “Luckily, I could call my mom and get a bus ticket.” But what if you don’t have a mom to call?

And you wouldn’t call the cops if you were worried that you would be thrown in jail for prostitution.

Well, of course, you’re certainly not going to go to the cops. Because they’re not going to look on you kindly if you’ve been prostituting and have a pimp.

Do you work on these issues with the police?

Over the years, we have done a lot of law enforcement training. Actually, for three years we had a big anti-trafficking project in New York. We

created the first trafficking task force in New York City, which included local and federal law enforcement, nonprofit organizations and service providers.

I'll never forget the very first training we did with the Brooklyn DA's office and NYPD. At the coffee break, a detective with the Special Victims Unit told me: "We did a wiretap on a brothel in Queens last year and now I realize those must have been trafficking victims."

You also work with New York schools, right?

We teach kids in high schools about their rights and about the issue of sex trafficking. The idea is to help them learn how to keep themselves safe and how to talk to their peers about it. We know from research that by the time kids are in high school and they feel they're in a dangerous or tricky situation, they won't go to their parents or teachers anymore but to their friends.

At a charity fair a couple of years ago, a woman who works for the federal government came up to me and told me that, when she was in middle school, she and her friends were waiting at the bus stop when a really expensive car pulled up with a guy and two girls in it. They asked them if they wanted to party and if they wanted to make some money. She said yes, but her friend, who was much more savvy than her, told them, "Go away. We don't wanna be no hoes."

In New York—where former Subway spokesman Jared Fogle traveled to meet his victims—45 percent of commercial child sexual exploitation takes place in hotels. How can the travel industry help stem the problem?

Early on, ECPAT identified that the travel industry was not responsible for the commercial sexual exploitation of children, but it was in a position to help mitigate it. In 1998, ECPAT-Sweden created the Code of Conduct. A lot of tour operators signed up for it. In 2004, we introduced it in North America.

What exactly is the Code of Conduct?

The Tourism Child-Protection Code of Conduct is a voluntary set of business principles that a travel company can take to ensure that its services are not being misused to exploit children. That means that they have a corporate policy about the sexual exploitation of children, provide training for staff to know what to look for, include a clause of zero tolerance in contracts with suppliers, provide information on children's rights to travelers and

business partners, and, finally, report annually on their implementation of code-related activities.

It took a long time to get the industry interested and involved. We would hear stories from people at the ground level about somebody seeing something or feeling very uncomfortable that they saw something but they didn't want to say anything for fear of getting in trouble with the boss. And so, the idea behind the code is to overcome that.

At the corporate headquarters level, we've had some resistance because of liability questions; but we have now gotten companies to understand that this is a good thing for them. We have a lot of momentum in getting travel companies to sign at the moment. As a result, hundreds of thousands of people in the travel industry are now equipped to see something and say something. To see something and know what to do.

Have you seen any changes since you started ECPAT-USA?

When I look at that 2003 article, I see how far we've come. There has been so much training and awareness in the criminal justice system, Child Protective Services, in the legislature and the public mind to better understand the issue. There is a lot of recognition today that sex trafficking and exploitation of children happens here in America. Kids are being identified as victims and there are services available for them in many places.

We don't have a baseline number for how many kids were trafficked before and how many are trafficked now, but I know that there is a ton of awareness across the board in every sector.

What would you say are the challenges we still face today?

There is the broad swath of people who still don't see post-pubescent kids as victims and are not sympathetic to their struggles.

Another huge challenge today is the online exploitation of children. And even though it hasn't been on ECPAT-USA's front burner, we're going to move it there. Child pornography has exploded since the invention of the digital camera and the Internet. There are millions of images, of younger and younger kids, and the violence of the abuse that takes place in these pictures is unbelievable. It crosses over with child sex trafficking because these children are bought and sold to produce the images. Online exploitation and prostitution has moved to Backpage.com but because of our laws in the U.S., Backpage is not responsible for it. So, it's

a cat and mouse game. Also, it's an international industry, so the server is in one country, the buyer is in another, and the kids are in a third country. Combating it requires a very coordinated law enforcement system and a lot of resources.

How can regular people help? What can we do?

We have a lot of information on our website about what you can do. There is a wide array of things, depending on the level of involvement you would like. Obviously, you can donate to ECPAT. You should know the signs of trafficking and if you work with youth, law enforcement, healthcare, education or social services, you should see about getting training for yourself and your staff so that you know the signs and what to do.

We ask people when they travel to use companies that have signed the Code of Conduct and if a company hasn't signed, to ask them why not. Tell them that you prefer to use a company that has signed. We have information on our website that helps you make that case. If you work in the travel industry, encourage your company to sign. Get your business to use Code of Conduct companies for its travel. That has been enormously helpful in encouraging the travel industry to sign the code because there are a lot of big corporations whose travel managers have the code as one of the criteria they use in choosing companies they are going to contract with.

We have letters on our website that you can download and write to your legislator because there is a lot that needs to change in the legislature and policy environment to make sure kids are safe.

How about people who live in states that don't have Safe Harbor Laws?

Request the report on our website to find out if your state has a Safe Harbor Law. Write to your state

legislators and tell them you think they should pass one.

Get your church group or women's group to start a campaign. We do that with some churches here in New York. They organize a letter-writing campaign for a specific piece of legislation.

So, yeah, get mad because it's not right. You grow up in America and you're told this is the best country in the world and so when it comes to human trafficking, everybody thinks it happens overseas. But it's right here in the US. And how can that be? We're a really rich country. How can it be that we allow our kids to be bought and sold for sex? Everybody should be outraged about this and join us in the movement.

What frustrates you the most about the situation?

The sense of complacency that I sometimes see—that there is nothing you can do about it. That's very frustrating because there is a lot that can be done. And the other thing is, I still see people who say, "Oh, it's such an ugly subject; I can't possibly think about it." That's the worst.

What do you love most about your work?

I get paid to go to the office and be mad. And funnel it towards a productive activity. It's nice to have a setting in which you see a wrong and then get to work to correct it. I get to do it every day.

People often ask me, "How can you do this job? It's so depressing." I tell them that I get paid to do good. It's the best job in the world.

If there is only one thing readers take away from this Q&A, what would you like that to be?

I want people to know that we can stop the sex trafficking of children in the United States. We can do this. We're doing it.

Fonte:

http://www.salon.com/2016/01/17/the_scourge_of_human_trafficking_its_not_just_other_countries_problem/ - 17.01.2016

When Sex Trafficking Goes Unnoticed in America

Many cases go unreported, making it a difficult crime for law enforcement personnel to spot.

Priscilla Alvarez

How do you identify sex-trafficking victims when such cases go largely undetected or unreported?*

It's an issue with which law-enforcement agencies in the U.S. continually struggle. Detective Bill Woolf with the Northern Virginia Human Trafficking Task

Force has experienced this first hand. Over the course of his tenure, he's interviewed over 300 victims. In many cases, those who have been exploited believe that they are offenders, Woolf told me. "They fear law enforcement...because they're

technically committing a crime and that is prostitution,” he said.

The Department of Homeland Security defines human trafficking as a “modern-day form of slavery involving the illegal trade of people for exploitation or commercial gain.” In 2012, the International Labor Organization estimated that there are 20.9 million human trafficking victims worldwide. According to the United Nations Office on Drugs and Crime, sexual exploitation is the most commonly identified form ahead of forced labor. Numbers released by the National Human Trafficking Resource Center suggest that also holds true in the U.S., where more than 4,000 cases of sex trafficking were reported. And as a whole human trafficking is a lucrative industry that around the globe rakes in \$150 billion.

But it’s unclear whether the numbers are an accurate representation of the problem, because many cases aren’t reported, according to Monique Villa, the CEO of the Thomson Reuters Foundation, which works to combat human trafficking. “The problem with human trafficking is that of course the victims are silenced,” Villa said. “We don’t have good data about it. You don’t know how many slaves there are around the world.” Traffickers also play into the narrative by telling victims, who are exploited for sex, that they are offenders, threatening to call the police and report them for prostitution if they push back. This makes sex trafficking particularly challenging because victims might be fearful of going to law enforcement and being charged with a crime.

It’s a vicious cycle that law enforcement in the U.S. sees time and time again. Women can be pulled in to commercial sex through gangs or pimps—the former function as delivery services, taking women to houses in the area they control, while the latter focus on hotels and street level prostitution, according to Woolf. “In gang-controlled situations, it’s usually going to be that the girl is from the area. When it’s a pimp ... it’ll probably be girls from all over the place,” he said.

A woman, who I met through the Thomson Reuters Foundation and who asked that I not use her name to ensure her safety, was pulled in by a pimp when she was 17 years old. Before then, her life was fairly ordinary. She had a good upbringing—a closely knit family and comfortable home. But in high school, she learned that her mother had been embezzling money from her company, and would be sentenced to seven years in prison. That changed everything.

After her mother was gone, she acted out and her relationship with her father fell apart, she told me. So when a guy on Facebook reached out with caring messages, she took notice. “He said everything I wanted to hear, especially with my mom being away,” the woman said. After she graduated high school, the two decided to meet. Then, at 17 years old, she bought a bus ticket to see him, planning to stay with him for a week. But to her surprise, the man, about seven years her elder, immediately told her she needed to make money upon arriving, if she intended to stay with him.

For four days, she said, she worked for him by going to an area for commercial sex. Soon after, another pimp approached her, promising to fill a void—family. She stayed with him for a few months until returning home to see her mother released from prison, after two years instead of seven. Later, she told me, another man courted her on Facebook, asking her to join him in Texas. He also was a pimp.

Unbeknownst to her at the time, the man, who was part of a ring, was luring her in. The woman and up to seven others were taken across state lines to strip and engage in commercial sex. She recalls going to Colorado, Arizona, Indiana, Pennsylvania, and Maryland. When she arrived to Baltimore, Maryland, she had had enough. “That situation was really, really hard for me,” she told me. But leaving was out of the question. If anyone tried to run away, the girls and the men were tasked with stopping them, she told me, adding that she also had no phone and couldn’t be on Facebook. “Literally my rights were ripped from me.”

When the FBI, with the assistance of the Baltimore Police Department S.W.A.T. team broke up the ring, she, too, felt as if she were an offender. “I thought I was getting arrested. I didn’t look at them like they were there to save me. I looked at them like they were there to arrest me,” she said. The FBI had been investigating the ring for two years.

Along the way, victims might encounter law enforcement, as was the case with the victim I spoke with who had been arrested twice for prostitution and, on one occasion, bailed out by her pimp. The U.S. government has pinpointed this as a concern across the country. According to the State Department 2015 trafficking report, some victims, including minors, “were detained or prosecuted by state or local officials for criminal activity related to their being subjected to trafficking” despite “safe harbor” laws in some states intended to protect victims.

But human trafficking cases can be difficult to identify and prosecute. For one, local police may not believe that it is a problem in their community, according to a 2012 study by the Urban Institute. Challenges also surface for state prosecutors, who, the study notes, “were reluctant to utilize new human trafficking laws, commonly charging offenders with offenses they were not familiar with such as a rape, kidnapping, or pandering.”

The Victims of Trafficking and Violence Protection Act of 2000 sought to change that by focusing on the prosecution and enforcement against traffickers. The Department of Justice has cited the legislation after a bump in trafficking investigations and prosecutions. Between the fiscal years 2001-2007, there was a 360 percent increase in convictions compared to the seven previous years.

Despite an enhanced approach from the government, the process can still be grueling for victims. “A lot of these traffickers, particularly on the

sex side of things, have developed dysfunctional relationships with their victims,” said Judge Hiram Puig-Lugo, a family court judge in Washington, D.C. Puig-Lugo arranges and oversees services for victims, while also placing emphasis on awareness. In his efforts, he collaborates with NGOs, among them FAIR Girls, an organization that also works to combat human trafficking.

The woman I spoke with is with FAIR Girls now, working as a residential counselor for the organization’s Vida Home, a transitional home for victims. The leader of the ring that she was involved in was sentenced to 17 and a half years in federal prison. But three years later, she still thinks about her ordeal. “It’s been a tough journey,” she said. And it continues to be for law enforcement as they work to identify victims who are afraid to identify themselves.

Fonte: <http://www.theatlantic.com/politics/archive/2016/02/how-sex-trafficking-goes-unnoticed-in-america/470166/> - 23.02.2016

Progress in Fight Against Human Trafficking in Asia Hard to Measure

Organizations battling human trafficking in Southeast Asia are paying increased attention to “the China connection.”

Because of China’s one-child policy, which has only recently been slightly revised, and a preference for sons in Chinese families, the country has a surplus of men and a dearth of women.

This has created a large number of Chinese men who can’t find wives and explains why “marriage brokers” smuggle young Southeast Asian women into China.

The women are promised jobs but end up being forced into marrying Chinese men, some of them living in “bachelor villages” which have sprung up in rural parts of China.

We know quite a bit about this, because a number of these women have escaped and returned to Cambodia, Laos, Myanmar, Thailand, and Vietnam. Some of them have been courageous enough to talk openly about their experiences in an effort to warn others who might be at risk.

But organizations battling human trafficking in China and Southeast Asia find it difficult to measure the progress they’re making.

This is partly because the traffickers, unlike the “kingpins” who run drug trafficking rings, tend to belong to numerous small groups that are only loosely affiliated, according to David Feingold, a

Bangkok-based anthropologist and former United Nations official.

It’s also difficult to quantify the numbers of trafficking victims. The statistics available tend to be “guesstimate figures agreed upon by experts,” says Feingold, who has studied the issue of human trafficking for nearly two decades.

“Many of the figures have little or no provenance, and achieve currency from repetition,” Feingold adds.

“Most human trafficking is less by organized crime than by disorganized crime—at least in the Mekong region,” he says.

Many of those who become victims leave their homes voluntarily in search of a materially better or more exciting life, says Feingold. “Or as in the case of Myanmar, they are fleeing persecution.”

Poverty and many migrants’ inability to get legal recognition and citizenship in the countries to which they flee are two underlying causes of what Feingold calls “migration gone terribly wrong.”

Signs of progress

Meanwhile, progress against human trafficking can be seen in some areas, though problems continue in others.

This was made clear in a recent series of videos produced by Radio Free Asia called “Breaking Free: Stories of Escape from Traffickers.”

This online multimedia series focuses on human trafficking in China and Southeast Asia, including forced labor on fishing boats, the abuse of undocumented and stateless workers, and the bride market in China.

The series explores possible solutions to the problem and the ways in which survivors of trafficking have escaped, often on their own or with the help of nongovernmental organizations.

As part of the series, an RFA video documents the first case of human trafficking brought to a court in Cambodia. But it also shows how difficult it can be for a recently enacted law and an understaffed court to tackle criminal activities often carried out with impunity.

One video in the series tells the story of a married Vietnamese woman and mother who was tricked by a female relative into working in the sex trade in Malaysia. She had been expecting to get a legitimate job.

Another video focuses on another Vietnamese woman who is drugged and tricked by a female relative into prostitution in China. She dares to escape and tells her story as a warning to others.

In another, a young Laotian woman is forced to work night and day with no free time as a housekeeper in Thailand. When she escapes, she discovers that the money she was owed was never sent to her mother in Laos.

And yet another case tells the story of young Cambodian men from a poor village who decide to work as fishermen on Thai fishing boats. They are treated brutally on the boats and end up as prisoners working on an island off the coast of Indonesia, where they are stateless and forced to work with little food or rest.

The series shows the vital role played by local NGOs not only in rescuing a number of these victims but also in rehabilitating them.

In one sign of progress, Laos and Thailand have agreed to work together to combat trafficking. In August of last year, the Thai police and military rescued Laotian workers who were forced to work in slave-like conditions on a pig farm.

When officers raided the farm on Aug. 22 outside Bangkok they found the Lao farmhands confined to areas with metal bars that resembled animal cages.

The case of Thailand

Reuters news agency did pioneering reporting in 2012 and 2013 on the plight of the Rohingya, a repressed Muslim minority in Myanmar. Thousands of them were then fleeing to Thailand, where traffickers deported them into forced labor in Malaysia.

A prize-winning Reuters series resulted in the Thai government being forced to recognize the problem and make greater efforts to deal with it.

It also resulted in the largest human-trafficking trial in Thai history.

As The New York Times described it, the first witness at the trial, a Rohingya Muslim from Myanmar, “told of being beaten and starved by gun-toting captors on the boat that ferried him and more than 200 others to a trafficking camp in Thailand.

The trial was sparked by “the grim discovery in May of last year of a mass grave containing more than 30 bodies in a trafficking camp in Thailand.”

The Associated Press, meanwhile, published the results of a year-long investigation last year into how thousands of Southeast Asian fishermen had ended up as “slaves” catching seafood exported to the U.S. and elsewhere overseas.

The AP series resulted in officials from three countries traveling to remote islands in Indonesia to conduct their own investigations into the plight of fishermen who were trapped into forced labor there.

More recently, a Reuters investigation showed how forced labor among migrant domestic workers in East Asia is widespread.

The U.S. State Department now places a greater emphasis in its annual “trafficking in persons reports” on the risks that workers may encounter in global supply chains.

Examples include workers in mines and factory assembly lines. Some of the workers found in these places are not only adults, but also underage children who work long hours and forced overtime at low pay.

The underlying causes, including poverty and persecution, that drive many trafficking victims to migrate from their home countries have been slow to change. So some of these issues will be with us for a long time to come.

In the case of the bride market in China, experts estimate that the impact of the one-child policy and the country’s traditional preference for male children will have an impact for many more decades. And brokers who make a profit from smuggling Southeast Asian women into China will continue to exploit the situation.

RFA's multimedia series "Breaking Free" can be found at: [BREAKING FREE: Stories of escape from traffickers](#)

Dan Southerland is the executive editor of Radio Free Asia.

Fonte: <http://www.rfa.org/english/commentaries/asia-trafficking-04062016143008.html> - 06.04.2016

The Psychology Of A Human Trafficking Victim

Even after the horror ends, up to 80% of human trafficking victims face depression, anxiety and PTSD

Joshua A. Krisch

Nearly 21 million people around the world are currently victims of human trafficking, a vile crime that forces innocents into sex work, domestic servitude and hard labor against their will. Now, a new study in the American Journal of Public Health reveals that even rich, developed countries such as the United Kingdom suffer from staggering rates of human trafficking—and that the trauma inflicted by human traffickers often causes lasting psychological damage to victims.

“Human trafficking has devastating and long-lasting effects on mental health,” said coauthor Siân Oram of King’s College in London, in a press statement. “There is an urgent need for evidence on the effectiveness of psychological therapies and treatments to support this highly vulnerable population.”

Human trafficking is a deceptively tame word for what amounts to modern slavery—a \$150 billion a year criminal industry that forces children into prostitution and immigrants into farm labor with threats of violence, debt bondage and other manipulative tactics. Of the 21 million victims of human trafficking around the world roughly 68 percent are trapped in forced labor and 26 percent are children. There are an estimated hundreds of thousands of human trafficking victims in the United States.

Plenty of ink has been spilled on the plight of the victims of human trafficking, and how governments can do more to rescue those in bondage and protect at-risk children. But we still know surprisingly little about how to rehabilitate modern-day trafficking victims, especially when it comes to providing psychological treatments. In an effort to learn more about the psyche of the human trafficking victim, researchers coordinated with post-trafficking support services and hospitals across the UK and managed to interview 150 patients.

They found that nearly 80 percent of women and 40 percent of men interviewed reported high levels of depression, anxiety and PTSD. They also found that women were most often trafficked for sexual exploitation and domestic servitude (and that more than half of those trafficked for domestic servitude were raped) while men were almost exclusively trafficked for labor exploitation, most often in the agriculture, construction and car washing industries.

But psychologists are often ill-equipped to deal with the psychological burden that trafficking victims carry around. In addition to PTSD, depression and anxiety, the American Psychological Association stresses that many trafficking victims struggle to regain their independence after years of helplessness and require help finding housing and jobs. “Clinical and counseling psychologists will probably at some point in their lives have someone in their practices who has been trafficked even if they don’t articulate it as such,” Nancy M. Sidun, psychologist at Kaiser Permanente Hawaii Region and chair of a trafficking task force told the APA. “Psychology as a discipline is behind the times in acknowledging trafficking.”

The study also found that many survivors continue to live in fear of traffickers, even years after they have reestablished themselves elsewhere. “Even after escaping trafficking, the large majority of people in our sample reported that they were still afraid of their traffickers,” Oram says. In light of the findings, Oram argues, the next logical step must be teaching psychologists how to best serve this vulnerable population. “There is an urgent need for evidence on the effectiveness of psychological therapies and treatments to support this highly vulnerable population,” she says.

Fonte: <http://www.vocativ.com/309116/psychology-human-trafficking/> - 15.04.2016

ESPAÑOL

¿A dónde va a parar el dinero contra la trata de personas?

Se gastan más de 120 millones de dólares anuales en programas contra la esclavitud moderna, pero poco se sabe de su eficacia.

Laura Villadiego

El pasado mes de mayo, unos 7.000 migrantes procedentes de Bangladesh y Birmania – estos últimos mayoritariamente de la minoría musulmana rohingya – se quedaron atrapados en el Océano Índico tras ser abandonados por los traficantes de personas que les habían prometido una nueva vida en Malasia. Las portadas de medio mundo se llenaron con la historia de estos inmigrantes que, sin embargo, ya llevaban años tomando esta peligrosa ruta en el más absoluto silencio, a menudo con destino a macabros campos de concentración donde eran retenidos hasta que sus familias pagaban un rescate. No era un caso único. El tráfico y la trata de personas son un fenómeno que a menudo permanece en la sombra, pero es un lucrativo negocio que crece rápidamente y mueve unos 32.000 millones de dólares anuales (29.000 millones de euros), según datos de la Organización Internacional del Trabajo (OIT).

Según el Protocolo de Naciones Unidas para Prevenir, Reprimir y Sancionar la Trata de Personas, la trata es “el reclutamiento, transporte, traslado, acogida o recepción de personas, bajo amenaza o por el uso de la fuerza u otra forma de coerción, secuestro, fraude, engaño, abuso de poder o una posición de vulnerabilidad, o recibir pago o beneficios para conseguir que una persona tenga bajo su control a otra, para el propósito de explotación”. Por su parte, el tráfico de personas supone simplemente “la facilitación, el transporte o el intento de entrada ilegal de una persona o personas por las fronteras internacionales”, de acuerdo con el Departamento de Estado de Estados Unidos. Ambos son considerados crímenes internacionales y, a menudo, se dan la mano, pero mientras la trata supone una violación de los derechos humanos, el tráfico sólo supone la trasgresión de las leyes de inmigración de uno o varios países.

El interés de la comunidad internacional por la trata de personas y su consecuente esclavitud moderna, que comprende no solo la explotación sexual, sino también la laboral o la compra-venta de órganos,

han aumentado durante los últimos años y en la actualidad los países de la OCDE, principalmente Estados Unidos, Noruega y Japón, destinan cada año unos 120 millones de dólares anuales a combatirlas, según la organización Walk Free. A esto hay que añadir los fondos privados que también se dedican a esta lucha, pero de los que no hay una cifra concreta.

Sin embargo, poco se sabe sobre este negocio que está rodeado de opacidad o sobre los fondos dedicados a su lucha. No existe siquiera un consenso sobre el número aproximado de víctimas, aunque la OIT estimó en 2005 que unos 2,4 millones de personas eran víctimas de estas redes, mientras que 21 millones son sometidas a condiciones análogas a la esclavitud. “No hemos dedicado el tiempo suficiente a recopilar investigaciones para saber exactamente qué se tiene que hacer. La ineficiencia se debe a que no hay suficiente información sobre cuál es el problema”, asegura Matt Friedman, experto en trata de personas y director ejecutivo del Mekong Club. “La trata de personas es un fenómeno muy clandestino. Las redes operan en secreto y cruzando fronteras, por lo que necesitas servicios de inteligencia muy buenos para luchar contra ellos”, afirma la tailandesa Saisuree Chutikul, también experta en tráfico de personas.

Más preocupante supone para muchos, sin embargo, que también las organizaciones y gobiernos que luchan contra la esclavitud moderna adolezcan de esta falta de transparencia. “Mucho dinero va a reuniones internacionales, a divulgación o a conferencias. En ocasiones nos hemos quejado de que esto parece un circo”, dice Suzanne Hoff, coordinadora de La Strada International, una red europea contra la trata de personas. En este sentido, no fue hasta 2008 que se puso en marcha la International Aid Transparency Initiative, un proyecto para incrementar la transparencia de la ayuda internacional – de la que la lucha contra la esclavitud moderna supone un 1% del total de los

fondos- , pero la participación es voluntaria y el funcionamiento de su página web poco intuitivo.

La efectividad de los programas tampoco suele ser valorada, a pesar de que las cifras hablan de una eficacia muy limitada en la ayuda. Así tan sólo 40.000 víctimas de trata fueron detectadas por los gobiernos – y no siempre ayudadas – entre 2010-2012, según el informe de la Oficina de Naciones Unidas para la Droga y el Crimen (UNODC en sus siglas en inglés). “Tenemos muy pocos ejemplos de programas super eficientes que ayuden a reducir la esclavitud humana”, asegura Matt Friedman, quien cree que la lucha contra la trata debería centrarse en trabajar con el sector privado ya que las organizaciones no siempre entienden el problema al que se enfrentan. “El sector privado entiende mejor el trabajo forzado que la sociedad civil y por ello están en una mejor posición para solucionarlo”, afirma Friedman.

Un dinero concentrado y dirigido por los donantes

A pesar de la falta de información, los especialistas han detectado una serie de lacras en los programas de lucha contra la trata de personas. La primera es que el dinero está muy concentrado en ciertas actividades, como el rescate de víctimas, mientras que otras, como la prevención o la reintegración de las mismas, son ignoradas. “Ponen más fondos en el rescate que en la prevención porque el primero es más vistoso y así pueden conseguir aún más donantes”, dice Saisuree Chitikul. “Tendría que ser una respuesta completa. Obviamente necesitamos prevención, perseguir [a los traficantes] y protección y reintegración [de las víctimas]”, explica Rebecca Surtees, antropóloga e investigadora del Instituto Nexus sobre derechos humanos de Estados Unidos. Pero los programas integrales, dice la especialista, a menudo son desechados por las organizaciones y los gobiernos porque su visión es casi siempre cortoplacista. “La reintegración es un proceso muy complejo. [...] Pero tenemos que considerar el riesgo de no tener reintegración. Sin

ella, continuarás teniendo a las mismas personas volviendo a las redes de tráfico”, afirma Surtees.

Por otra parte, el uso de los fondos está casi siempre controlado por la propia agenda de los donantes, que deciden los programas que deben ser financiados, siguiendo a menudo criterios más de imagen que de eficacia, dicen los expertos. “Entiendo que a menudo tienen su propio programa y sus propias instrucciones sobre lo que quieren subvencionar, pero el dinero debería ser destinado de forma más libre según las necesidades”, opina Suzanne Hoff de La Strada International.

Por último, las organizaciones y los gobiernos no tienen la suficiente flexibilidad para adaptarse a la rapidez con la que las redes de trata de personas cambian. “Los criminales siempre van por delante de la policía. Se adaptan muy fácilmente a los cambios”, dice Saisuree. Los traficantes modifican así, no sólo las rutas, sino también sus métodos. En el caso de los campos de traficantes encontrados en el sur de Tailandia y el norte de Malasia en el mes de mayo, por ejemplo, el desmantelamiento de las redes les llevó a desplazar los campos a barcos en alta mar que eran más difíciles de detectar por las autoridades. “Los traficantes no tienen restricciones de salarios o de contratos. Simplemente mutan cuando lo necesitan para poder conseguir todo el dinero que puedan”, afirma Matt Friedman.

La falta de datos dificulta saber si el problema está creciendo o si los esfuerzos resultan realmente efectivos. El aumento del número de refugiados, del que a menudo se nutren las redes de trata, hace sospechar, sin embargo, que cada vez más personas caen presas de este contrabando humano. “El problema de la trata es como un desastre [natural]. Pero es una catástrofe muy lenta y tenemos que encararla partiendo de esa base para poder ser flexibles y adaptarnos a las condiciones cambiantes”, concluye Friedman.

Fonte: <http://www.esglobal.org/a-donde-va-a-parar-el-dinero-contra-la-trata-de-personas/> - 21.07.2015

Trata de Personas, la esclavitud del siglo 21

No podemos aceptar un mundo donde los sueños, los derechos y la libertad sean de compra y venta.

Luis Almagro

La trata de seres humanos es un crimen silencioso, de difícil identificación y de rentabilidad semejante al narcotráfico y al contrabando de armas. No perdona a ningún país y constituye una triste y

desafiante realidad de siglo XXI. El 30 de julio es la fecha elegida por las Naciones Unidas para recordarnos la precariedad moral en la que nos

movemos con un costo inestimable: la dignidad humana.

Este crimen hace que hombres, mujeres y niños, muchas veces motivados por sus sueños y por la expectativa de mejorar sus condiciones de vida, sean sometidos a situaciones de explotación de todo tipo, similares a la esclavitud. Según cifras de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) más de 20 millones de personas se ven obligadas a realizar trabajos forzados (incluyendo la explotación sexual) a nivel global, de las cuales 1,8 millones en América Latina y el Caribe.

La gran mayoría de estas personas son explotadas por empresas o individuos. Alrededor de 4,5 millones son explotadas sexualmente, mientras que casi un 70% son forzados a trabajar en actividades que van desde la agricultura, construcción pasando por la manufactura y los empleos domésticos.

Mujeres y niñas representan la mayoría de las víctimas de explotación laboral 11.4 millones (55%), comparadas con 9.5 millones (45%) de hombres y niños, aunque los niños representan el 26% del (5.5 millones de víctimas infantiles).

Las cifras son aterradoras y la inacción ante esta barbarie del siglo XXI implica una complicidad moral. Desde que asumí mi cargo como Secretario General de la OEA, he proclamado que mi lema de acción durante los próximos años, será Más derechos para más personas en las Américas.

Nada más indicado para guiar nuestra acción común en defensa y protección de millones de personas en una situación tal de vulnerabilidad. Por ello además, crearemos una Secretaria de Acceso a Derechos y Equidad que trabajara en estas y otras áreas de exclusión.

En el hemisferio existe un compromiso de los países para enfrentar esta lacra, con estrategias de prevención y protección a las víctimas, y la sanción de los responsables. Es necesario traducir ese compromiso en acción permanente. En 2000, se aprobó la Convención contra la Delincuencia Organizada Transnacional y su Protocolo para Prevenir, Reprimir y Sancionar la Trata de Personas, especialmente de mujeres y niñas.

En buena parte del hemisferio, la trata de personas ni siquiera era definida en el ordenamiento jurídico de los países para la tipificación del crimen y los marcos legales eran limitados o casi inexistentes. Quince años después, los países disponen de instrumentos legales que además de castigar a los traficantes, protegen los derechos de las víctimas. Pasamos de una visión restringida a la explotación para fines de prostitución, a otra en la cual se reconocen las diferentes formas de manifestación de este crimen.

Y así, miles de traficantes están en las cárceles, y miles de víctimas han podido rehacer sus vidas. Pero no alcanza. Contamos ahora con un claro Plan de Trabajo para Combatir la Trata de Personas en el Hemisferio Occidental para el período 2015-2018 aprobado por todos los países miembros de la OEA. Prevenir el crimen implica lograr que las posibles víctimas sean menos vulnerables a partir de la generación de oportunidades en el quehacer económico y social. Si las oportunidades siguen dependiendo de la condición social, el género, la raza, o el lugar donde uno haya nacido, los traficantes seguirán actuando.

Pero no podemos esperar a que la igualdad de oportunidades se haga realidad para combatir el crimen. Por el contrario, es imperioso que el crimen sea más evidente y por lo tanto, más denunciado; que sus autores sean debidamente responsabilizados y castigados, y hacer que las personas victimizadas por las redes criminales sean protegidas, asistidas y capaces de reconstruir sus vidas.

Esto no lo pueden hacer solamente los gobiernos. La sociedad civil, el sector privado, los sindicatos, la iglesia, tienen que ser parte de la coalición que derrote este flagelo y devuelva a millones de seres humanos los derechos conculcados. No podemos aceptar un mundo donde los sueños, los derechos y la libertad sean de compra y venta.

Luis Almagro es Secretario General de la OEA

Fonte:

http://internacional.elpais.com/internacional/2015/07/27/actualidad/1438033364_325813.html

27.07.2015

La trata de personas, un oscuro negocio que mueve cifras millonarias en el mundo

Este delito deja más de doce millones de víctimas en todo el mundo y genera unos US\$32.000 millones anuales en ganancias, por esa razón se sitúa como uno de los negocios ilícitos que mueve mayor cantidad de dinero después del tráfico de drogas y de armas.

Así lo revela un informe de la Universidad de la Sabana de Bogotá en el cual se exponen las millonarias cifras de esta industria criminal que opera bajo diferentes modalidades, entre ellas, la explotación sexual, el trabajo forzado, la mendicidad o el matrimonio servil.

Las investigadoras y docentes universitarias, Mónica Hurtado y Catherine Pereira, hicieron una revisión de los expedientes judiciales nacionales (2005-2011) para analizar la interacción entre víctimas, tratantes e intermediarios en delitos ocurridos entre Colombia y el oriente asiático.

“En los procesos revisados se identificaron 142 víctimas, de las cuales 42 estuvieron directamente vinculadas a los procesos judiciales, y las cien restantes se mencionan en los testimonios”, explican las autoras del documento.

El estudio sostiene que la mayoría de las víctimas provienen de ciudades como Pereira, Bogotá, Cali o Medellín, y son enviadas a organizaciones de Japón, Hong Kong y Singapur. También pone en evidencia el aumento progresivo de estos casos en países como Guatemala, Argentina, Bahamas, Barbados y Trinidad y Tobago.

Cada año en Colombia se conocen al menos 60 denuncias por ese delito, cuyas principales víctimas son mujeres jóvenes que caen con engaños y promesas de un mejor futuro económico.

¿Cómo se mueven las finanzas en este mercado?

Las bandas criminales gastan entre US\$4.000 y US\$6.200 en enviar a una persona al mercado asiático. Esta cifra incluye el valor promedio del reclutamiento, (US\$1.279), traslado (US\$4.500), entre otros (US\$400).

La red, una vez la víctima está ubicada en la residencia en la que vivirá con cinco personas en promedio, modifica las condiciones iniciales y le retiene el pasaporte para que no pueda escapar.

Además, le cobra una “deuda” de hasta US\$30.000 por los supuestos gastos de manutención y el derecho a ejercer su labor bajo su respaldo. A pesar de que no se encargan ni siquiera de pagar su seguridad social o salud.

El monto de la deuda se suma a los ingresos mensuales que reciben las organizaciones delictivas, que van desde los US\$19.200 hasta los US\$45.000, señala el documento, y agrega que cada banda recibe entre US\$400 y US\$2.500 diarios por víctima.

“A ese ritmo” una red de trata de personas puede obtener por una víctima utilidades anuales de hasta US\$350.000 en promedio, una cifra que se escapa de la realidad económica de los afectados que no perciben mayores beneficios por su trabajo.

Mónica Hurtado, por su parte, le dijo a Dinero que la trata de personas es un fenómeno que muestra “el lado oscuro de la globalización”, un modelo económico en el que hay que producir “mucho, rápido y a bajo costo”.

Esta concepción ha llevado a que las empresas y las redes criminales de algunos países exploten a los inmigrantes que no tienen la documentación en regla, al someterlos a condiciones laborales irregulares y poco favorables.

La explotación sexual: el delito más común

Colombia es considerada la tercera nación con mayor número de víctimas de trata de personas en América Latina. La mayoría de los casos que se conocen están relacionados con la explotación sexual.

El análisis realizado por la universidad indica que una trabajadora sexual puede ganar alrededor de US\$250 en Colombia, mientras que en un país asiático la cifra se eleva hasta alcanzar los US\$3.000.

Estos recursos alimentan las finanzas de las estructuras criminales que se quedan con las ganancias y someten a las personas a intimidaciones y violencia para retenerlas.

Uno de los casos más graves que se exponen en el texto es el de Pereira, ciudad en donde se produjo el 60% de los casos de trata de personas que llegaron a la justicia.

La pobreza relativa, la percepción de desigualdad, entre otras razones, “motivan a distintos sectores de la población a que intenten mejorar su situación económica trabajando en el exterior en prostitución, maquilas, servicio doméstico, entre otras”, añade el estudio académico.

Y concluye que el poder adquisitivo de los países de destino de las víctimas, es superior al de las naciones de origen. El Producto Interno Bruto per cápita de Colombia (PIB), por ejemplo, fue de \$US7.720 el año pasado, mientras que el de Singapur alcanzó los US\$56.286 y el de Hong Kong llegó a US\$40.169.

Fonte: <http://www.dinero.com/economia/articulo/la-trata-personas-colombia-mundo-cifras-negocio-millonario/212305> - 18.08.2015

Trata de personas en el Perú: Delito invisible

Sin que los ojos del Estado y de la ciudadanía se dirijan hacia el problema, nadie puede hacerle frente.

Gabriel Daly

Hoy se celebra el Día Internacional del Recuerdo de la Trata de Esclavos y de su Abolición. Esta fecha fue establecida por la Unesco con el objetivo de recordar la sublevación que llevó a la abolición de la esclavitud en la Hispaniola (actual Haití y República Dominicana) en 1793.

Lo paradójico es que actualmente Haití tiene más personas en condiciones de esclavitud de las que había en toda la isla en el siglo XVIII. Y ello no se limita a Haití. Se estima que más de 35 millones de personas en el mundo son víctimas de trata, de las cuales 66 mil se encuentran en el Perú, según el Índice Global de la Esclavitud (IGE).

Una de las formas más dramáticas de esclavitud es la explotación sexual. Lamentablemente, es un problema invisible a los ojos del Estado y la ciudadanía, pues convivimos con él todos los días y poco se hace por enfrentarlo. Exactamente en un mes, el 23 de setiembre, se conmemora el Día Internacional de la Lucha contra la Trata de Personas y esta es una oportunidad para poner el tema en agenda.

El Engaño

La trata de personas es la explotación de una persona con fines económicos sin su consentimiento. Esta es captada por medio de engaños y sometimiento, mediante amenazas o el uso de la fuerza. Según información del Ministerio Público, las principales manifestaciones de trata son la explotación sexual (34,9%) y explotación laboral (7,8%). En el 2014, después de Lima, Madre de Dios fue la región con la mayor cantidad de denuncias por este delito.

La trata de personas no es esporádica ni un caso aislado. Es un negocio estructurado con reglas y normas establecidas. Además, de ser sumamente lucrativo (el tercero después del tráfico de drogas y armas), deshumaniza a las personas, a las que se trata como mercancía.

Identificación

El primer paso es la identificación de las víctimas. Los traficantes buscan personas vulnerables, que hayan sufrido algún tipo de abuso sexual, que provengan de familias disfuncionales o tengan una clara necesidad económica.

Los traficantes, además, prefieren mujeres menores de edad. Información del Ministerio Público señala que en el 2014 casi el 33% de las presuntas víctimas de la trata fueron mujeres y menores de 17 años. Esto se explica, en parte, porque las mujeres de menor edad son las más solicitadas para actividades sexuales y porque, por su corta edad, son más fáciles de convencer.

Convencimiento

Para captar a las víctimas se utilizan agencias de empleo o avisos en diarios y mercados locales. En estos se anuncian trabajos para modelaje, ventas, como meseras o labor doméstica.

Según el Ministerio Público, de las denuncias registradas entre enero y diciembre del 2014, en el 44,5% de los casos se ofreció un puesto de trabajo falso.

Otra modalidad de captación, principalmente en la sierra, es el padrinzago o madrinazgo. Los padres son convencidos de mandar a sus hijos a la ciudad en busca de empleo o educación, bajo la supuesta tutela de un familiar o compadre, y caen en la explotación sexual o laboral. Este tipo de trata tiende a ser estacional, se incrementa en períodos de vacaciones escolares, en los que, por citar un ejemplo, cientos de niños se trasladan de Huancavelica o Ayacucho a Lima.

Traslado

Una vez captada la persona con engaños, es trasladada en buses informales por rutas departamentales, donde la presencia del Estado es casi nula. Es acogida en hoteles o locales que operan al margen de la ley y ahí son ablandadas mediante violaciones sistemáticas y maltrato físico, en combinación con alcohol y drogas para generar dependencia.

Amenaza

En este punto, la víctima se encuentra encerrada, lejos de su familia y, de ser el caso, sin documentos, lo que hace que sea casi imposible escapar. El tratante, además, marca el círculo personal de la víctima y la amenaza con matar o hacer daño a sus familiares para evitar una posible huida.

La raíz de la explotación

Las explotación sexual se explica por una serie de razones. Entre ellas, se encuentran la desesperación, la falta de presupuesto y el alto nivel de impunidad.

- **Vulnerabilidad.** Las condiciones precarias y de vulnerabilidad llevan a que algunas personas tomen medidas desesperadas en el afán de alcanzar un mejor futuro y, por ello, aceptan las ofertas de trabajo de los traficantes. No debemos perder de vista que aproximadamente 7 millones de peruanos son pobres y alrededor del 20% de la población tiene sus necesidades básicas insatisfechas. Esto es particularmente preocupante en Amazonas, Ayacucho, Cajamarca, Huancavelica y Puno, donde los índices de enfermedades crónicas, desnutrición y analfabetismo son altos.
- **Presupuesto.** Pero la pobreza per se no explica del todo este flagelo. Lo cierto es que el Estado no ha implementado una política de lucha frontal. A pesar de que se aprobó el Plan Nacional de Acción contra la Trata de Personas (2011-2016), este no contó con presupuesto por 3 años. Por otro lado, según CHS Alternativo, organización que trabaja en este tema desde el 2004, en el 2014 solo se destinó 0,0025% del presupuesto de la República a los ministerios de la Mujer y del Interior para atender el tema de la trata de personas. Más preocupante es que no se asignan recursos a los gobiernos locales, los encargados de fiscalizar bares, restaurantes y otro tipo de locales que son los puntos de explotación. La Fiscalía Especializada de Delitos de Trata de Personas tampoco cuenta con un presupuesto propio para luchar contra esta situación.
- **Impunidad.** Para Ricardo Valdés, ex viceministro del Interior y presidente de CHS Alternativo, los riesgos de este negocio ilegal son bajos, lo que lo facilita. En otras palabras, en la mente del traficante hay dos cosas que importan: la magnitud de la sanción y la probabilidad de que esta se aplique. Cifras del Ministerio Público demuestran que entre el 2009 y el 2013 hubo 2.700 imputados de los cuales solo hay 45 sentencias. El riesgo también es bajo debido a los altos niveles de corrupción en el país, lo que reduce la probabilidad de que sean sancionados. En el sonado caso de Jhinna Pinchi, se demostró la estrecha vinculación entre fiscales y traficantes. El tema de fondo es que hay una correlación entre los altos niveles de corrupción y la incidencia de trata. Uzbekistán y Haití, por ejemplo, son dos de los tres países con el

mayor porcentaje de personas esclavizadas y están entre los 15 países más corruptos, según Transparencia Internacional.

- **Informalidad.** Además de los bajos riesgos del negocio, la informalidad contribuye a que los costos sean bajos y el delito se mantenga relativamente invisible. Una vez captadas, las víctimas son trasladadas en buses informales o deslizadores precarios por rutas con poco control, mientras que las mafias operan en bares sin licencias donde no existe ningún tipo de fiscalización. Se estima que en la zona de minería informal de Madre de Dios existen aproximadamente 400 bares donde se explota a menores de edad.
- **Desconocimiento.** En nuestro país hay un gran desconocimiento de este acto ilícito y las autoridades no están debidamente capacitadas para hacerle frente. Además, debido a la complejidad del delito –lo conforman dos o más actividades delictivas– es difícil probar fehacientemente un caso de trata.
- **Reintegración.** Según el IGE, el Perú se encuentra en el puesto número 11 de la región respecto de la respuesta del gobierno sobre la trata de personas, en tanto no existe suficiente apoyo a los sobrevivientes de esclavitud. Fuentes del Ministerio Público indican que está pendiente aún articular un programa sostenible de reintegración multisectorial y sensibilización.

Las terribles consecuencias

La trata tiene un efecto nocivo en las víctimas, que incluye daños psicológicos, contagio de enfermedades y poca posibilidad de tener una vida digna.

- **Enfermedades de transmisión sexual:** Según la Comisión Interamericana de Mujeres de la Organización de Estados Americanos (OEA), una de las consecuencias más devastadoras para una víctima de la trata de personas es el alto riesgo de enfermedades de transmisión sexual (ETS), especialmente VIH. Ya que no tienen posibilidad de abandonar el lugar en donde se encuentran, no les es factible asistir a algún centro médico con el fin de tratarse.
- **Daños físicos:** Junto con la explotación sexual, el uso de la fuerza por parte de los ‘empleadores’ no es poco usual. Los golpes a los cuales se enfrenta una víctima de la trata pueden dejar daños permanentes o, incluso, llegar a ser causa de muerte. Además de que para una víctima de trata es casi imposible acceder a servicios de salud, si se presentara la oportunidad, no lo haría por el

miedo a ser detenida por las autoridades y obligada a dar declaraciones.

- Daños psicológicos: El abuso sexual y la violencia física o verbal no son fáciles de superar. Por ello, la mayoría de sobrevivientes a la trata de personas tienen algún tipo de trastorno de estrés postraumático, que debe ser tratado por un especialista.

- No acceden a educación: Según el Observatorio de la Criminalidad del Ministerio Público, entre el 2009 y el 2014, más de la mitad de las presuntas víctimas eran menores de edad. Esta es una

población a la que se le ha impedido el acceso a la educación. Son jóvenes que, de salir del ámbito de explotación, no pueden ingresar a la universidad o desarrollar algún tipo de oficio. Esto no solo perpetúa el ciclo de pobreza, sino que aumenta las probabilidades de que reincidan en la actividad que se les forzó a hacer.

(*) Con la colaboración de Elody Malpartida y Diego Villarán

Fonte: <http://elcomercio.pe/lima/ciudad/trata-personas-peru-delito-invisible-informe-noticia-1835074> - 23.08.2015

Pobreza y esclavitud, mala combinación para la infancia africana

Jeffrey Moyo

“La pobreza se convirtió en parte de mí”, sentenció Aminata Kabangele, originaria de República Democrática del Congo. “Aprendí a vivir con la realidad de que nadie se preocupa por mí”, añadió la adolescente de 13 años que reside en un campamento de refugiados en Zimbabwe.

Aminata, quien huyó de su país luego de que toda su familia fuera asesinada por rebeldes armados y vive en el campamento de Tongogara, en Chipinge, en la frontera oriental de Zimbabwe, contó a IPS que no tiene más opción que resignarse a su destino de pobreza.

El primero de los Objetivos de Desarrollo del Milenio, a los que se comprometieron los gobiernos del mundo en el año 2000, era el de erradicar la pobreza extrema y el hambre para este año, pero la realidad es que millones de africanos sobreviven en la miseria y que sus niñas y niños son sus principales víctimas.

“En cualquier país que mire en África, los niños son los que sufren la pobreza y muchos quedan huérfanos”, observó Melody Nhemachena, trabajadora social independiente en Zimbabwe, en diálogo con IPS.

Basándose en un informe del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (Unicef) de 2003, el Banco Mundial estimó que unos 400 millones de niñas y niños menores de 17 años viven en condiciones de extrema pobreza en el mundo, la mayoría de ellos en África y Asia.

Defensores de derechos humanos señalan que la creciente pobreza que sufren las familias africanas también es responsable de que unos 200.000 menores, según estimaciones de la Organización

de las Naciones Unidas (ONU), terminen esclavizados cada año.

“Muchas familias viven en una pobreza abyecta en África, y se ven obligadas a entregar a sus hijos a cambio de comida a personas que supuestamente los emplearán o se ocuparán de ellos, pero no suele ser así y terminan realizando trabajos forzados y ganando casi nada”, explicó Amukusana Kalenga, defensora de los derechos de la infancia en Zambia, al ser consultada por IPS.

África occidental es una de las regiones de este continente donde el trabajo esclavo moderno afecta también a los menores de edad.

Para muchas familias de Benin, uno de los países más pobres del mundo, “si alguien se ofrece a llevarse a los niños, es casi un alivio”, según Mike Sheil, quien viajó por la organización humanitaria británica Anti-Slavery International a África occidental para fotografiar a menores esclavos o en matrimonios forzados.

La red mundial de sindicatos, maestros y organizaciones de la sociedad civil Global March Against Child Labour (Marcha global contra el trabajo infantil), señaló que un estudio de 2010 concluyó que “el escalofriante número de 1,8 millones de niños de cinco a 17 años trabajan en haciendas de cacao en Costa de Marfil y Ghana con secuelas para su bienestar físico, emocional, cognitivo y moral”.

“La trata de menores es real”, aseguró Mélanie Mbadanga Matsanga, directora general de Asuntos Sociales en Gabón, en una conferencia sobre prevención de la trata infantil realizada en la sureña ciudad congoleña de Pointe Noire, en 2012.

“Gabón, por ejemplo, se considera Eldorado y concentra a muchos inmigrantes de África occidental que trafican menores”, apuntó.

Ese país es un importante lugar de destino y tránsito de mujeres y menores sometidos a trabajo forzado y tráfico sexual, según el informe sobre trata de personas de 2011 del Departamento de Estado de Estados Unidos.

En Nigeria, el país más poblado de África, un estudio sobre pobreza infantil concluyó que más de 70 por ciento de las niñas y los niños no fueron registrados al nacer, mientras más de 30 por ciento sufre una grave carencia educativa.

Según Unicef Nigeria, unos 4,7 millones de niñas y niños en edad escolar no van a la escuela.

“Algunos de esos niños y niñas, entre los que hay de tan solo 13 años, sirven en filas de grupos terroristas como Boko Haram y a menudo participan en operaciones suicidas y hacen de espías”, indicó la nigeriana Hillary Akingbade, especialista independiente en gestión de conflictos, en conversación con IPS.

“Las niñas suelen terminar como esclavas sexuales, mientras que a otros niños africanos los secuestran o reclutan a la fuerza, y otros más se unen por desesperación, creyendo que los grupos armados son su mejor opción para sobrevivir”, añadió.

Akingbade coincide en la realidad de pobreza que viven los menores en República Centroafricana, donde se estima que entre 6.000 y 10.000 niños y niñas se integraron a grupos armados tras el

estallido de la guerra civil en diciembre de 2012, según la organización Save the Children.

La violencia se diseminó en República Centroafricana cuando el rebelde grupo musulmán Séléka se hizo con el control de la capital, Bangui, en marzo de 2013, lo que generó una reacción violenta de las milicias cristianas.

Un informe de Save The Children de 2013 señala que en República Centroafricana, los grupos armados reclutan menores de tan solo ocho años, algunos obligados a integrarse a sus filas y otros empujados por la pobreza imperante.

El año pasado, la ONU denunció que el reclutamiento de menores en el marco de la guerra civil en Sudán del Sur era “rampante” y estimó que había 11.000 niñas y niños tanto en filas rebeldes como gubernamentales, algunos de los cuales se unieron de forma voluntaria, mientras que otros fueron obligados por sus padres a unirse al ejército con la esperanza de mejorar su situación económica.

Mientras, en el campamento de refugiados de Tongogara, en Zimbabwe, Aminata ya está resignada.

“Caí en la peor pobreza desde que llegué aquí con otros congoleños que huían y, para muchos niños del campamento como yo, la pobreza está a la orden del día”, se lamentó.

Editado por Phil Harris / Traducido por Verónica Firme

Fonte: <http://csem.org.br/index.php/noticia/3808-pobreza-y-esclavitud-mala-combinacion-para-la-infancia-africana> - 28.08.2015

Trata de personas es una esclavitud oculta en la migración, dice experto

La trata de personas, de la cual son víctimas sobre todo mujeres jóvenes y adolescentes, es una forma de esclavitud que muchas veces permanece oculta en el fenómeno global de la migración, dijo este viernes a Sputnik Nóvosti, el experto Óscar Castro Soto.

“Hay varios tipos de reclutamiento en las rutas de los migrantes que cruzan México hacia EEUU desde el punto de vista del perpetrador: hay muchas trampas, como las engañan, las enganchan, las mantienen esclavizadas bajo coacción”, explica el experto, quien dirigió cuatro años el Observatorio Latinoamericano sobre Trata y Tráfico de Personas (ObservaLAtрата), de 2010 a 2013.

Existen diferentes momentos en los cuales las víctimas pueden entrar o salir del ciclo de la trata de personas, explica el académico y activista humanitario, quien se doctoró con una investigación de campo en Centroamérica y el sur del país latinoamericano, que este día se ha sumado con diversos actos al Día Mundial del Migrante.

Por ejemplo, en el pueblo de Tenancingo, en el central estado de Tlaxcala, el FBI encontró redes de pornografía infantil, con niñas y jovencitas engañadas a través del enamoramiento por proxenetas, que las embarazan o se casan con ellas para enganchar en la prostitución e incluso llevarlas a EEUU.

Otra forma de atrapar a las víctimas es mediante la necesidad de trabajo: “sobre todo entre la chicas que buscan trabajo doméstico, entre quienes los traficantes buscan características fenotípicas para vender a las mujeres”.

Tretas de la Trata

Un punto de “reclutamiento” está reconocido en la ciudad mexicana de Tapachula, fronteriza con Guatemala: las redes de traficantes de personas buscan allí a sus víctimas, para después ofrecerles trabajos de la última escala, como trabajadoras domésticas, mozas en los bares y todo tipo de labores rudas o de limpieza.

Los mafiosos se pueden presentar como empleadores, traficantes de migrantes o simples “coyotes” (intermediarios), con ofertas de viaje y trabajo en EEUU en una casa, en un bar, en la industria o en trabajo agrícola, como los campos de hortalizas de California, que son reales.

Las redes de reclutadores utilizan todo tipo de engaños para atrapar a mujeres y hombres jóvenes para ser explotados, explica el investigador.

Cada año cientos de miles de personas parten desde Centroamérica y pasan por las manos de las redes de “coyotes”: los comprometen, les pagan el viaje, les retiene los documentos y las explotan laboral o sexualmente con chantajes y coacción, o finalmente las venden: “como sea se trata de un trabajo esclavo”, enfatiza.

Una vez que las personas sin recursos son coaccionadas y sometidas, deben trabajar para pagar el viaje, la estancia, la alimentación, “así quedan atrapadas y enroladas”.

Algunas veces, una misma familia maneja el negocio, pero la mayoría de las veces se trata de redes conformadas por varias subredes: una red las recluta, otra mafia las traslada, otra las explota o las entrega al crimen organizado para los secuestros.

“Otras veces –explica Castro-, son otras secuestradas que sirven de carnada para atrapar a más centroamericanos, se hacen pasar por viajeros para ser anzuelos, sicarios o enganchadores bajo amenazas de muerte”.

¿Me vendes unos migrantes?

Castro dirigió durante cinco años junto con sacerdotes católicos el albergue La Sagrada

Familia de Tlaxcala, en la Ruta del Migrantes en el altiplano central del país.

“Allí recogimos testimonios de gente ligada a las bandas de traficantes, que llegaba al albergue para comprar migrantes, es decir a pedir que les vendiéramos personas en tránsito”, relata Castro: “Al padre Ramiro Zárate, fundador del albergue y a mí, llegaron a ofrecernos tarifas, sobre todo si había grupos”.

Los precios ofrecidos reflejan el valor de la vida en esos caminos oscuros de México a lo largo de la ruta del tren de carga apodado La Bestia: por el secuestro de una persona piden de 5 a 10.000 pesos (unos 600 dólares), si es en grupo, por una docena ofrecen 50.000 a 100.000 pesos (hasta 6.000 dólares).

“Es el escaso valor de la vida, y por eso les cuesta liberarse, porque la vida vale menos y el coyote gana menos que eso, se lleva solo una pequeña tajada por el enganche, ganan más con la esclavitud”, puntualiza.

Un trabajo de campo arrojó que en algunas ocasiones, grupos de migrantes con hasta 45 o 50 mujeres localizados en la frontera con Guatemala — monitoreados para saber el destino de las jóvenes: “tres o cuatro días después, el grupo llegaba al altiplano, en Tlaxcala o Puebla, y entre ellos ya solo cinco o seis mujeres”, relata Castro

El resto había desaparecido en el camino: varias veces a las mujeres usan como moneda de cambio con otras redes del crimen organizado.

Por el carácter irregular de la mayor parte de la migración en tránsito por México hacia EEUU, resulta difícil conocer con certeza el número de personas migrantes que cruzan el país cada año.

Mientras que algunas organizaciones de la sociedad civil consideran cifras de entre 300.000 y 400.000 personas el Centro de Estudios Migratorios de la Unidad de Política Migratoria de la Secretaría de Gobernación (Interior) estimaba que en 2012 un flujo de 110.000 migrantes recorre el país con destino a EEUU.

Otro dato oficial retrata la dimensión del flujo: en los primeros ocho meses de 2015, México deportó a más de 107.000 personas provenientes de Centroamérica mientras que más de 46.000 fueron deportadas desde EEUU, de acuerdo con cifras oficiales citadas por el ACNUR.

Fonte:

<http://mundo.sputniknews.com/americalatina/20151219/1055017477/trata-personas-esclavitud-migracion.html> - 19.12.2015

Tráfico de órganos y prostitución, el destino de los niños desaparecidos en Europa

Redes criminales secuestran a los refugiados, que son forzados a prostituirse o a trabajar en condiciones de esclavitud. También se utiliza a los pequeños para mendigar o para la comisión de delitos. Fuentes de Europol alertan de que muchos de estos menores podrían estar cayendo en las garras de mafias de tráfico de órganos.

Bárbara Barón

La comisaria para los Derechos del Niño en Reino Unido, Anne Longfield, ha advertido que al menos 129 menores de los campos de refugiados de Calais se encuentran ahora mismo en situación de "desaparecidos".

Ya a principios de año, Europol alertó de que desde que comenzó la llamada crisis de los refugiados se ha perdido la pista de unos 10.000 niños nada más llegar a Europa.

Muchos se preguntan cómo es posible que miles de pequeños desaparezcan sin dejar rastro. ¿Dónde están? ¿Quién se los lleva? Y, sobre todo, ¿qué les ha pasado?

Fuentes de Europol confirman a *lainformacion.com* que se ha notado un incremento de la actividad de las mafias criminales de Europa del este, muchas con estructuras consolidadas en Hungría, Alemania, Italia y Suecia.

Vendidos por conocidos a 200 euros

Los niños, comentan estas fuentes, implican pocos riesgos porque son fáciles de mover y de retener, y a la vez están muy cotizados por las redes criminales ya que obtienen un gran beneficio económico por ellos.

Suelen secuestrarlos en pequeños grupos, de dos o tres como mucho, para no levantar sospechas. Aprovechan un descuido de los padres, aunque cada vez es más frecuente que alguien del entorno acceda a entregarlos por una pequeña cantidad de dinero que, a menudo, no supera los 200 euros. Suelen rondar zonas como parques, campos de refugiados, estaciones o pueblos fronterizos.

Una vez tienen a los niños, les asignan un pasaporte falso y amenazan a los pequeños para que permanezcan en silencio e, incluso, afirmen que son familiares directos de los criminales en caso de ser detenidos por la Policía.

Dedicados a la explotación sexual y a la esclavitud

Cuando llegan al punto de destino su situación se vuelve lamentable. Suelen estar en pisos aislados, a menudo en sótanos, sin apenas comida y en condiciones completamente insalubres, hasta que se decide su destino final.

Muchas de las niñas son forzadas a prostituirse o a trabajar en condiciones de esclavitud. También se utiliza a los pequeños para mendigar o para la comisión de delitos, ya que por su edad eluden en muchos países las penas de privación de libertad.

Así, por ejemplo, la ONG Business & Human Rights Resource Centre, denunció que varias compañías textiles en fábricas de Turquía están utilizando a los niños refugiados como mano de obra barata.

230 mil euros por un riñón

Sin embargo, cada vez más, reconocen estas fuentes Europol, podrían estar cayendo en redes de tráfico de órganos. Miles de personas en el mundo necesitan órganos cada día y hay pocos donantes.

Las mafias secuestran a estos niños y les hacen pruebas de compatibilidad en clínicas ilegales, muchas veces montadas en naves industriales abandonadas.

Una vez que se demuestran que su órgano podría valer, comienza la negociación. Estas mismas fuentes explican que un riñón puede alcanzar un riñón es de 230.000 euros o que un hígado se paga a 133.000 euros.

Por ello, numerosas ONG están lanzando proyectos para proteger a los menores y garantizar que, al menos en territorio europeo, no caen en manos de redes criminales.

Fonte: http://noticias.lainformacion.com/politica/refugiados/Trafico-protitucion-destino-desparecidos-Europa_0_906509823.html - 14.04.2016

Maria Grazia Giammarinaro, ‘il traffico di esseri umani in Italia è legato all’immigrazione’

Enrico Muratore

Ogni giorno migliaia di persone, originarie soprattutto dell’Africa e dell’Asia, sfidano la strada, il mare e la morte per raggiungere l’Europa, in fuga dalla guerra, dalla persecuzione e dalla miseria. Che si tratti di migranti economici o di rifugiati, se questa distinzione tra esseri umani in stato di bisogno ha un senso, essi hanno in comune una cosa: per compiere il viaggio con il loro cattivo passaporto si sono dovuti consegnare a reti criminali transnazionali, così alimentando non solo la tratta degli immigrati, ma anche esponendosi ai gravi pericoli del traffico di esseri umani.

Da venticinque anni ormai, un magistrato lotta contro questa realtà: Maria Grazia Giammarinaro. Dal 1996 al 2001 è coordinatrice del Comitato interministeriale contro il traffico di donne e bambini e sovrintende allo sviluppo della legislazione italiana sulla protezione delle vittime. Contribuisce allo sviluppo della Convenzione Onu di Palermo contro la criminalità organizzata transnazionale, di quella del Consiglio d’Europa contro il traffico di esseri umani e della Direttiva europea sulla prevenzione e lotta al traffico di esseri umani e la protezione delle vittime. Rappresentante Speciale per la lotta contro il traffico di esseri umani dell’OSCE (2010-14), Giammarinaro riceve nel 2012 lo Hero Award del Dipartimento di Stato americano. Nel 2014, le Nazioni Unite la nominano Relatrice Speciale sul traffico di persone, in particolare donne e minori, con il compito di promuovere i diritti delle persone trafficate, sfruttate, o a rischio di trafficking e “ritrafficking”. La “Special Rapporteur” visita i Paesi membri per valutare l’azione contro il trafficking, sia per sfruttamento sessuale sia per sfruttamento lavorativo, o nelle attività criminali, nell’acconteraggio, nella servitù domestica o per l’espanto di organi: “Presento anche rapporti tematici su aspetti poco conosciuti – spiega il magistrato – o che richiedono cambiamenti politici e legislativi. Ricevo inoltre rapporti dalle associazioni e dai sindacati, anche su casi specifici, sui quali posso decidere di indirizzare comunicazioni ai governi, per prevenire o rimediare a gravi violazioni dei diritti umani”.

In questi ultimi mesi, l’Italia ha assistito all’arrivo in massa di rifugiati e migranti

“Il traffico di esseri umani in Italia e in Europa è strettamente connesso con l’immigrazione – aggiunge – e i trafficanti sfruttano la situazione di vulnerabilità e irregolarità di donne, bambini, giovani uomini provenienti da aree di conflitto o di estrema povertà, per sfruttarli innanzi tutto nel lavoro. Nelle nostre campagne vengono tenuti a lavorare per molte ore al giorno per pochi euro, e pagano per un alloggio senza luce, per cibo e acqua e per gli spostamenti: i caporali si appropriano di quasi tutto quello che guadagnano. Situazioni di super-sfruttamento sono state registrate anche nell’edilizia, nei ristoranti, nel lavoro domestico, nelle fabbrichette tessili. I bambini vengono sfruttati in ogni modo: lavoro, acconteraggio, prostituzione, attività illegali. Donne e bambine sono soggette soprattutto allo sfruttamento sessuale: una delle forme più devastanti di trafficking, con conseguenze paragonabili a quelle della tortura. Il nesso tra trafficking e immigrazione deve essere compreso dalle autorità italiane ed europee: se mancano politiche di accoglienza e integrazione umane ed efficaci, i/le migranti continueranno ad essere preda dei trafficanti, e se non moriranno in mare, cadranno nelle reti di sfruttamento”.

La risposta dell’Europa è inadeguata?

“La fotografia del piccolo Aylan – continua Giammarinaro – a tre anni cadavere sulla spiaggia, ha fatto comprendere a molti che non si possono porre barriere a chi scappa dalla guerra, dall’Isis, dalla carestia, dalle persecuzioni. Ma alcuni Stati membri continuano a rifiutare il sistema delle quote per l’accoglienza dei rifugiati. Oggi assistiamo alla chiusura dei confini e all’introduzione di controlli di frontiera in deroga al sistema di Schengen. È un disastro umano, culturale e politico che minaccia l’essenza stessa dell’Unione Europea e dei suoi valori. Spero che i governi se ne rendano conto in tempo. La verità è che la cosiddetta crisi migratoria non è una crisi, ma una componente stabile del panorama globale, poiché i conflitti nel mondo non cessano di causare morte e desolazione. Ci vuole una visione europea di lungo periodo, sui cui fondare nuove regole comuni per l’asilo e per le migrazioni economiche. Più le politiche migratorie sono restrittive, più aumenta la probabilità dello

sfruttamento. Non si può accettare che la gente muoia in mare, né che a casa nostra viga un sistema para-schiavistico permanente, provocato anche da leggi restrittive: ad esempio, se la perdita del lavoro determina anche quella del permesso di soggiorno, il/la migrante dovrà accettare qualsiasi condizione di lavoro e non potrà ribellarsi al caporale o al datore di lavoro. L'Europa dovrebbe ripensare la direttiva 2001/51 (Schengen) che dà alle compagnie aeree il compito di controllare i visti alla partenza: ciò significa impedire ai migranti di usare mezzi di trasporto sicuri. I visti dovrebbero essere controllati all'arrivo dalle autorità competenti, valutando adeguatamente la situazione di ogni migrante e applicando le norme di protezione relative ai richiedenti asilo o alle persone trafficate. Ma la direttiva in questione rende inapplicabile quella sul trafficking, che invece tutela i diritti delle vittime”.

E l'Italia?

“Il nostro paese continua ad avere dei buoni risultati nell'azione anti-trafficking, avendo assistito e reinserito nel lavoro molte migliaia di vittime. Tuttavia, già da diversi anni c'è stata una caduta di attenzione politica, che ha provocato fra l'altro gravi ritardi nell'attribuzione alle associazioni dei finanziamenti per l'assistenza. Il trafficking deve tornare a essere una priorità politica, specie ora che i suoi nessi con il conflitto siriano e con la situazione del Corno d'Africa sono più evidenti che mai. Molti migranti all'arrivo in Italia hanno già compiuto un lungo viaggio durante il quale sono

stati sistematicamente sottoposti a violenza e sfruttamento. Bisogna istituire delle procedure di ascolto, accertare i casi di trafficking all'arrivo, e applicare le norme di protezione sociale. Queste norme esistono. L'art. 18 del T.U. sull'immigrazione consente di rilasciare un permesso di soggiorno e dare assistenza alle persone che sono state soggette a violenza o grave sfruttamento, senza che esse siano obbligate a denunciare gli sfruttatori. Molte vittime non vogliono denunciare perché terrorizzate dalle minacce dei trafficanti. Ma in pratica l'art. 18 viene quasi sempre subordinato alla denuncia, e resta spesso inapplicato per lo sfruttamento lavorativo”.

Un problema in più è il disinteresse dei media

“In linea generale non solo in Italia, il trafficking non riceve l'attenzione necessaria. Il trafficking per sfruttamento lavorativo si dissimula grazie a un fenomeno di tolleranza generalizzata verso lo sfruttamento dei migranti, considerato quasi “normale”. Ma lo sfruttamento del lavoro in condizioni para-schiavistiche deve essere trattato e punito per quello che è, cioè un grave reato. E in ogni caso, le persone sfruttate hanno il diritto di ricevere i salari non pagati e il risarcimento del danno, e di dirigersi verso una vita più sicura. È importante dare loro il potere di parlare in nome proprio e di rivendicare i loro diritti, e non trattarle come numeri”.

Fonte: <http://www.ilfattoquotidiano.it/2015/09/24/maria-grazia-giammarinaro-il-traffico-di-esseri-umani-in-italia-e-legato-allimmigrazione/2057783/> - 27.09.2015

Siria, traffico di esseri umani: dal Nepal centinaia di donne

Sono centinaia le donne nepalesi che con l'inganno vengono portate in Siria. A volte impiegano mesi prima di capire dove siano. Vengono acquistate a 4.000 euro e lavorano come domestiche per oltre 20 ore al giorno

Maria Cristina Fraddosio

Sognano gli Emirati Arabi, ma finiscono nelle mani dei trafficanti che promettono loro un lavoro dignitoso e le spediscono invece in Siria. Le protagoniste di queste vicende sono centinaia di donne nepalesi, vittime mercanti di esseri umani che letteralmente le vendono come schiave e le abbandonano nel bel mezzo della guerra. Liberarsi per loro risulta impossibile. Trascorrono lunghi mesi rinchiusi in casa, ignare di dove siano e costrette a ritmi di lavoro disumani. L'assenza dell'ambasciata nepalese in Siria e in Iraq, un'altra delle destinazioni verso cui vengono dirottate, ne rende ancora più difficile la liberazione. Secondo il

portavoce dell'ambasciata in Pakistan, sono 3.000 le donne vendute tra Kurdistan e Iraq. Ma la mancanza di documenti ufficiali fa presumere che il numero sia superiore. Soltanto in Siria, si stima siano più di 600, a cospetto delle 300 dell'anno scorso.

La storia di Magar

“Ti abbiamo pagata 6.000 dollari. Non puoi tornare a casa senza restituirci i soldi”. Gyanu Reshmi Magar ha 25 anni. Le era stato promesso un lavoro a Dubai. Per sette mesi non sapeva di trovarsi a

Damasco. Prigioniera di una famiglia, sentiva l'eco ovattato dei boati. Quando chiedeva ai suoi aguzzini cosa fossero quelle esplosioni, le veniva risposto che si trattava delle esercitazioni delle forze armate. "Ho saputo della guerra attraverso internet - ha riferito Magar in un'intervista a The Guardian - avevo paura, ma non potevo fare nulla". "Ero completamente tagliata fuori dal mondo. Tutto ciò che facevo era lavorare e dormire. Non avevo modo di contattare nessuno".

Internet: un primo passo verso la libertà.

L'accesso alla rete Wi-Fi nella casa in cui era stata reclusa è stato fondamentale per il suo riscatto. La Rete ha permesso alla giovane donna nepalese di tracciare una prima bozza del piano di fuga. La richiesta di aiuto inviata alla famiglia e all'ambasciata del suo paese in Egitto, le hanno assicurato la salvezza, dopo 17 mesi di schiavitù. "Mi avevano fatto credere di guadagnare 160 dollari al mese. Ma sono stata pagata soltanto per sei mesi. Quando me ne sono andata, ho chiesto alla mia datrice di lavoro lo stipendio. Lei ha preso 20 dollari dalla borsa e me li ha sbattuti addosso. Poi mi ha sputato in faccia".

Gli sforzi per salvare le altre donne

"Dal momento che non c'è il consolato né in Siria né in Iraq, queste donne non hanno nessuno da contattare se finiscono nei guai", rivela Nisha Baniya della GEFONT, General Federation of Nepalese Trade Unions, che ha avuto un ruolo determinante per la liberazione di Magar. Secondo Baniya, il governo dovrebbe fare di più, ma l'esecutivo si difende imputando questo vuoto di potere alla scarsità di risorse finanziarie. Dal Ministero degli Esteri arriva la notizia della nomina di un cittadino siriano incaricato di lavorare con l'ambasciata nepalese in Egitto, per far fronte ai casi di connazionali in difficoltà. Una delle beneficiarie del supporto del ministero è stata Sunita Magar di 23 anni, madre di due bambini, condotta in Siria con l'inganno. Ed ora, che si dedica a mettere in guardia le donne che partono, mosse dall'illusione di un lavoro dignitoso, dice: "Alle volte quando mi sveglio, ho paura di essere ancora lì".

Fonte:

http://www.repubblica.it/solidarieta/emergenza/2016/01/21/news/siria_traffico_di_esseri_umani_dal_nepal_centinaia_di_donne-131751374/ - 21.01.2016

I Tatuaggi Incisi Sulle Vittime del traffico di Esseri Umani Negli Stati Uniti

Le donne sono marchiate con i nomi delle gang locali che le rivendicano come una loro proprietà. La storia di una rinascita

Pamela Schirru

Il fiore sul collo di Jennifer Kempton si estende dietro l'orecchio destro, mentre i petali incisi con l'inchiostro sfiorano la sua mandibola. A rendere più vivo il disegno ci sono un mix di colori con sfumature di giallo, rosso e verde. Quando Jennifer si alza la mattina e si guarda allo specchio, il fiore è la prima cosa che vede. In quel momento si ricorda di essere una donna sopravvissuta ad anni di abusi, di violenze sessuali e di tossicodipendenza.

Al posto di quel fiore brillante e colorato sbocciato sul suo collo un anno fa, Jennifer portava inciso un simbolo ben diverso. "Si trattava di una corona nera con su scritto Re Munch" ha raccontato la donna. La corona nera rappresenta il segno distintivo di una gang locale in un sobborgo della città di Columbus, capitale dello stato americano dell'Ohio, dove Jennifer è nata e cresciuta.

Da qui inizia il suo triste viaggio nei meandri oscuri del traffico di esseri umani. Dopo un'infanzia caotica, costellata di abusi e violenze, e un'adolescenza segnata da relazioni violente e

distruitive, Jennifer finisce stritolata tra le maglie del traffico sessuale, raggiungendo il fondo con la dipendenza da droghe, alcool e psicofarmaci.

Spesso i membri della gang che la tenevano prigioniera la costringevano a spogliarsi e farsi tatuare dei nomi sulla schiena, o perfino sull'inguine. Uno di loro le incise la frase proprietà di Salem, ossia il nome del suo protettore all'epoca. I tatuaggi per queste bande criminali locali rappresentano un marchio di appartenenza, un segno distintivo di affermazione totale del controllo sulle persone e sul territorio.

"Sono stata marchiata come si fa come una bestia diretta al macello". Oggi Jennifer aiuta altre donne che hanno vissuto esperienze simili spingendole a cambiare vita. Lo fa attraverso la sua associazione Survivor's Ink. "Io stessa ho impiegato nove anni prima di riuscire a cancellare dal mio corpo il segno del male e lasciare spazio a un simbolo di speranza e di rinascita, liberandomi sia dell'uomo che mi aveva resa schiava, sia del resto".

Ci sono voluti anni prima che Jennifer riuscisse a lasciarsi alle spalle un'esistenza fatta di violenze e schiavitù. "Ero esausta della mia vita, affamata, drogata e a mala pena riuscivo a sopravvivere". Per cancellare tutto l'orrore che l'aveva segnata per lungo tempo, Jennifer decise di farla finita infilandosi un cappio al collo e tentando il suicidio. Ma la corda si spezzò lasciandola tramortita ma viva.

"Era come se la vita volesse darmi una seconda opportunità per poter cambiare e fuggire via per sempre da quel mondo dove non c'era spazio per la libertà" ha raccontato ancora la donna. "Ma c'era ancora una cosa da fare, ossia cancellare i tatuaggi".

Nonostante fosse riuscita a uscire dal giro della prostituzione e a ripulirsi da ogni farmaco ingerito, l'unica cosa che la teneva ancora intrappolata alla sua vita, rendendola incapace di reagire e cambiare, erano appunto i tatuaggi.

"Questi segni rappresentano per me una sorta di tradimento, poiché mi ricordano il mio primo rapporto d'amore con un ragazzo. Inizialmente lui mi trattava come una regina, ma in seguito mi ha venduta per ricavare del denaro e comprarsi la droga. Poi mi ha venduta definitivamente a una banda criminale, la quale mi ha costretta a prostituirmi ed è lì che ho raggiunto il punto più oscuro della mia vita".

Jennifer è ancora traumatizzata da tutto ciò che ha vissuto, ma nel contempo è fiduciosa di poter ricostruire una sua identità. Da più di un anno non assume farmaci, ha un lavoro ed è attiva nella sua chiesa locale. È tornata a vivere con la nonna e si sta impegnando per ricercare un appartamento per lei e sua figlia.

Nel 2014 ha lanciato l'iniziativa Survivor's Ink, un progetto che mette a disposizione delle piccole somme di denaro per le donne vittime del traffico di esseri umani, che attualmente tentano di cancellare i segni indelebili sulla loro pelle. Fino a oggi la sua associazione ha erogato sette piccole borse di studio. Il denaro è arrivato attraverso la raccolta di fondi a livello locale, dalle chiese, dalle università, dagli eventi organizzati dalla comunità.

Bande criminali e traffico sessuale, un fenomeno diffuso in America

Le statistiche affidabili ma piuttosto rare stimano che migliaia di donne e ragazze, in prevalenza cittadine americane, siano vendute a scopo di sfruttamento sessuale e alimentino così il traffico di

esseri umani in America, con un fatturato di 9,5 miliardi di dollari annui. Secondo il dipartimento di Giustizia americano, sono almeno 300 mila i soggetti considerati a rischio soprattutto minori.

L'Fbi ha censito almeno 33 mila gang attive sul territorio americano. Molti gruppi criminali locali sono sofisticati e ben organizzati. Tutti usano la violenza per controllare i quartieri e incrementare le loro attività illegali, mediante le rapine, il traffico di droga e di armi, la frode, l'estorsione e i giri di prostituzione.

Bradley Myles, amministratore delegato di Polaris, un'influente organizzazione anti-tratta americana, ha sottolineato che "per quanto riguarda questo tipo particolare di traffico, sono migliaia i protettori che etichettano le proprie ragazze poi vendute a scopo di lucro in ogni stato americano. Il marchio è senza dubbio l'aspetto più estremo del controllo".

Attraverso l'organizzazione, Myles ha avuto modo di incontrare centinaia di donne e ragazze con braccia, schiena, gambe, volti, seni e anche palpebre e gengive contrassegnate con i nomi dei loro protettori, con tag, codici a barre, parole gergali o a sfondo sessuale e con il simbolo del dollaro. Altre come Jennifer sono state contrassegnate invece come proprietà, con tatuaggi realizzati sull'inguine o sulla fronte.

Negli ultimi anni, il fenomeno del tatuaggio impiegato come marchio distintivo dalle organizzazioni criminali coinvolte nel traffico di esseri umani, ha iniziato a prendere piede in paesi come la Spagna e la Romania.

"Molti pensano che il traffico sessuale sia un fenomeno diffuso soprattutto all'estero, ma non è così" ha spiegato un collaboratore di Polaris. "La tratta di esseri umani è proprio accanto a noi, può essere in proporzioni più piccole e più locali, ma è lì a due passi da casa nostra. Non dev'essere per forza un'enorme rete criminale".

Pur non essendo considerato un importante snodo del traffico di esseri umani degli Stati Uniti, come Chicago o Miami, l'Ohio ha registrato un'incremento del fenomeno. Un rapporto sul traffico sessuale stilato dall'ufficio del procuratore generale dello stato ha rilevato che il 50 per cento delle vittime coinvolte nel traffico di esseri umani avevano meno di 18 anni.

(Questa cartina mostra come gran parte degli stati americani siano interessati dal fenomeno della tratta di esseri umani)

Fonte: <http://www.tpi.it/mondo/stati-uniti/tatuaggi-schiavitu-donne-traffico-esseri-umani-stati-uniti> - 10.02.2016

Tratta di esseri umani, il governo vara un piano nazionale per combattere il fenomeno

Lo scopo è quello di "definire strategie pluriennali di intervento per la prevenzione e il contrasto del traffico e del commercio di persone, oltre che azioni per la sensibilizzazione, alla prevenzione e l'emersione delle vittime. Il piano è propedeutico alla emanazione del nuovo programma unico di assistenza ed integrazione sociale e le relative modalità di attuazione e finanziamento"

Il Consiglio dei Ministri ha adottato il primo Piano nazionale d'azione contro la tratta e il grave sfruttamento degli esseri umani, a norma dell'articolo 9 del decreto legislativo 4 marzo 2014, n. 24. Lo scopo è quello di "definire strategie pluriennali di intervento per la prevenzione e il contrasto al fenomeno della tratta e del grave sfruttamento degli esseri umani, nonché azioni finalizzate alla sensibilizzazione, alla prevenzione sociale, all'emersione e all'integrazione sociale delle vittime - si legge nel comunicato diffuso da Palazzo Chigi dopo il Cdm - Il piano è propedeutico alla emanazione del nuovo programma unico di emersione, assistenza ed integrazione sociale e le relative modalità di attuazione e finanziamento".

La tratta di esseri umani è il mezzo con cui sempre più persone vengono schiavizzate. Riguarda tutti i continenti e quasi tutti i paesi del mondo. Per chiarire perché questo commercio è da considerarsi un tipo di schiavitù e un tipo di violazione dei diritti umani, Anti-Slavery International ha stilato questa lista di domande e risposte. La tratta degli esseri umani è il trasferimento di persone con la violenza, l'inganno o la forza, finalizzato al lavoro forzato, alla servitù o a pratiche assimilabili alla schiavitù.

I dati più recenti

Sono quasi 250mila i migranti sbarcati in Europa nel corso del 2015, di cui almeno 93.540 persone in Italia secondo le cifre fornite dal ministero dell'interno. Capita che solo nel corso di una sola settimana siano centinaia le persone che perdono la vita mentre cercavano di raggiungere una vita migliore in Europa. Migranti trovati a bordo di camion abbandonati, oppure gente che annega durante drammatiche traversate a bordo di gommoni sgonfi, assiepati di persone, e con poco

carburante per il motore. Gente che invece arriva sano e salvo però non smette di correre rischi al suo arrivo in Europa: le probabilità di rimanere vittima di una rete di sfruttamento - prostituzione o lavoro forzato - rimane altissima, perché sovente il trafficante che gli ha permesso l'attraversamento illecito dei confini si trasforma in sfruttatore o mette il migrante nelle mani di una rete di sfruttamento.

I più a rischio sono i minori

Secondo Save the children, le vittime di tratta che sono entrate in programmi di protezione sono contate a migliaia e tra questi centinaia sono bambini o adolescenti. Provengono generalmente da Siria, Afghanistan, Eritrea, Sud Sudan, Niger, Nigeria, Marocco, Ghana, Senegal. I più a rischio sono i minori non accompagnati, come denuncia anche Save The Children: le adolescenti provenienti dai paesi dell'Europa dell'Est e dalla Nigeria per quanto riguarda lo sfruttamento sessuale e i minori afgani e i minori eritrei in quanto principali gruppi di migranti in transito in Italia, lungo un viaggio estenuante di mesi o anni nel quale subiscono violenze sempre più efferate; e i minori egiziani, che sono il gruppo più coinvolto in situazioni di sfruttamento lavorativo nel nostro Paese. Durante il viaggio i minori sono vittime di tratta, sfruttamento e violenze sempre più efferate. I minori intervistati da Save the Children hanno raccontato in particolare di violenze subite durante l'attraversamento del deserto libico o durante la detenzione in Libia, come è accaduto al giovane che ha perso la vita sulla nave di Medici senza frontiere.

Fonte: http://www.repubblica.it/solidarieta/diritti-umani/2016/02/26/news/tratta_di_esseri_umani_il_governo_vara_un_piano_nazionale_per_combattere_il_fenomeno-134321396/ - 26.02.2016

Uomo di 65 anni sposa 12enne: bambini venduti, sposati, violati o rapiti nel silenzio

Lara Farinon

Cosa fareste se vi capitasse di incrociare per strada una bambina che viene venduta dai genitori e data ad un adulto che potrebbe essere suo nonno? A New York, l'esperimento sociale del celebre Cobin

Persin ha suscitato non poche polemiche e ha scaldato gli animi nella super cool e moderna Times Square. Tutti si scandalizzano e si attivano per salvare la ragazzina. Giusto. Ma gli altri 37 mila

bambini, che ogni giorno vengono costretti a sposarsi/venduti dalla famiglia? Sono più di 13.5 milioni ogni anno nel mondo (cit. Fondo della Nazioni Unite per la Popolazione – UNFPA). Ce li siamo dimenticati? Il problema non è solo là, astratto e lontano. No, no! Il problema è anche qui, in Italia e anche per colpa degli Italiani all'estero.

E' un fenomeno globale che avviene in tutti i continenti, in tutte le culture e religioni.

Il child marriage è proibito dagli accordi internazionali sui diritti umani, tra cui la Convenzione sui Diritti del Fanciullo e la Convenzione sull'eliminazione di ogni forma di Discriminazione contro le Donne. Il 2 luglio 2015 è stata adottata da parte del Consiglio dei diritti umani dell'ONU la prima Risoluzione sulla prevenzione e l'eliminazione dei matrimoni precoci e forzati, (Child, Early and Forced Marriages – United Nations, general Assembly, Resolution A/HRC/29/L15).

Si, perché diciamolo chiaramente: di poetico e romantico non c'è nulla. E', ovviamente, un negozio per lucrare e per far passare in modo più o meno lecito la prostituzione minorile.

Diamo un'occhiata ad ampio raggio: per il codice civile iraniano, l'età legale per sposarsi è di 13 anni, anche prima se su richiesta dei genitori. In Afghanistan, Yemen Burkina Faso, Maghreb e Marocco il fenomeno è molto intenso. In Algeria, addirittura, è tuttora in vigore la norma in base alla quale gli uomini che stuprano ragazze di età inferiore ai 18 anni non sono perseguibili penalmente se sposano la loro vittima. Un incubo dietro l'altro, insomma. E attenzione, da Milano ad Algeri sono solo 4 ore e 20 minuti di volo, che ve ne pare? Non è così lontano.

Il Bangladesh è il Paese al mondo con il più alto tasso di matrimoni di bambini al di sotto dei 15 anni. In India è prassi quotidiana, venduta ad un 40enne per pochi spiccioli, bimba di 8 anni muore per emorragia interna al primo giorno di nozze. Ancora India: bruciata viva dai genitori a 16 anni perché rifiutava il matrimonio e voleva studiare.

Come si può pensare quindi che vengano rispettate le Convenzioni Internazionali, se perfino le normative interne degli Stati vanno in senso contrario? A volte manca la considerazione ed il rispetto per la donna, vista come inferiore; in alcuni casi, è una ricerca intenzionale da parte dell'adulto per potersi unire ad un giovane puro. Più in generale, il matrimonio precoce nei Paesi poveri nasce spesso da esigenze economiche: la famiglia si libera di una bocca in più da sfamare e riceve

un'immediata ricompensa monetaria da parte dello sposo compratore, mercificando brutalmente il valore degli essere umani.

Non sempre, però, la vendita del minore comporta il matrimonio.

Nell'Africa occidentale e centrale sono venduti all'incirca 200.000 bambini l'anno; 7.000 ragazze nepalesi vendute ai bordelli di Bombay e Nuova Dehli. Secondo le stime dell'Organizzazione mondiale per le migrazioni, ogni anno circa 120.000 donne e bambini provenienti dall'Europa orientale e sudorientale sono venduti nei paesi dell'Europa occidentale. 2.200 sparizioni negli States, 70 mila bambini rapiti ogni anno in Cina.

bimbiSì, avete capito bene: i destinatari sono per lo più compratori occidentali che ops!, tu guarda, siamo proprio noi e forse a questo punto sarebbe più indicato evitare ipocrisie e falsi perbenismi.

Tutto ciò riguarda anche l'Italia: qui per tratta e prostituzione le bambine hanno tra i 7 e gli 11 anni, i maschietti tra gli 8 e i 16 anni. L'Istituto degli Innocenti parla di 1.800 prostitute bambine in Italia, circa il 10% del totale. La vendita e/o il matrimonio forzato sono più intensi laddove vi sia povertà e disagio sociale. Ma se da una parte vi è il povero che vende, dall'altra c'è la parte ricca del mondo che compra.

Secondo l'ultimo rapporto di Ecpat Italia (organizzazione contro lo sfruttamento sessuale dei bambini), gli italiani sono ai primi posti come clienti di bambini fatti prostituire in Paesi del Terzo Mondo, a seguire, nelle prime postazioni, Germania, Giappone, Francia, Stati Uniti, Regno Unito e recentemente anche Cina.

Anche il mondo della pedopornografia, la tratta dei bambini, vengono mossi dai soldi e dai poteri forti, con la differenza che invece di sigari illegali in questo caso sono vite umane, anzi no, oggetti sessuali, schiavi, lavoratori in nero e ahimè organi nuovi da commerciare.

Il Daily Telegraph segnala tra i Paesi più sofferenti per turismo sessuale Kenya, Santo Domingo, Colombia, Brasile, America Latina, Asia tra cui Cina, Thailandia, Myanmar, Laos e Cambogia.

Ogni anno più di 3 milioni di persone viaggia con l'obiettivo del piacere carnale, di questi almeno 1/6 cerca bambini (Organizzazione mondiale del turismo).

Il problema è massiccio anche in territorio nazionale: il 114 emergenza infantile segnala che solo in Italia il 64% delle richieste di intervento riguarda bambini di età compresa tra 0 e 10 anni,

per abusi sessuali e maltrattamenti. Purtroppo, oltre a tutto questo, ci sono anche altre migliaia di casi di pedofilia civile e clericale, abusi domestici o comunque nel raggio familiare.

Che fare dunque? Non c'è solo un responsabile, il problema non è identificabile solo nell'adulto che viola il bambino, ma piuttosto c'è tutto un contorno marcio che non funziona, incluse le istituzioni che legalizzano queste situazioni o quantomeno le consentono.

Sarebbe auspicabile almeno un'uniformità a livello globale di norme e sanzioni, e detto così sembra cosa facile ma ciò implicherebbe un'ingerenza negli

altri Stati, scatenando non pochi problemi geopolitici.

Quindi, partendo dal presupposto che ci sono meccanismi mondiali di non facile risoluzione, ricordiamoci almeno di non diventare corpi apatici dentro un sistema, senza ragionare e collegare i neuroni. Tutti possono sempre far qualcosa, iniziando con il non chiudersi gli occhi o girarsi dall'altro lato, magari anche rompendo il silenzio omertoso. Don't look away.

Fonte: <http://www.mifacciodicultura.it/2016/03/06/uomo-65-anni-sposa-12enne-bambini-venduti-sposati-violati-rapiti-nel-silenzio/> - 06.03.2016

Nell'Ue quasi 16mila vittime della tratta di esseri umani tra il 2013 e il 2014

I numero però potrebbe essere molto più alto. La maggior parte delle vittime sono donne, destinate soprattutto allo sfruttamento sessuale, e il 65% proviene da Paesi Ue, principalmente Romania, Bulgaria, Paesi Bassi, Ungheria e Polonia. Tantissimi i bambini

Tra il 2013 e il 2014 15.846 persone sono state vittime della tratta di esseri umani nell'Unione europea. "Ma il numero potrebbe essere molto più alto, visto che parliamo di casi registrati dalle autorità nazionali", avverte il commissario Dimitris Avramopoulos nel presentare a Bruxelles il report sul fenomeno. La relazione rivela che le vittime vengono destinate soprattutto allo sfruttamento sessuale (il 67% di quelle registrate). Non a caso oltre i tre quarti delle vittime, ben il 76%, erano donne mentre almeno il 15% erano minori. Oltre allo sfruttamento sessuale la tratta viene fatta a scopo di accattonaggio, di attività criminali forzate, matrimoni forzati, vendita degli organi. Il report parla perfino di traffico di neonati e bambini piccoli per l'adozione, con addirittura donne in gravidanza costrette a abbandonare i propri figli appena nati.

Il fenomeno non riguarda come si potrebbe pensare solo immigrati extracomunitari ma in grandissima parte (il 65%) cittadini comunitari. Le vittime europee provengono principalmente da Romania, Bulgaria, Paesi Bassi, Ungheria e Polonia mentre

quelle extracomunitaria soprattutto dalla Nigeria, seguiti dai cittadini di Cina, Albania, Vietnam e Marocco.

"È inammissibile e imperdonabile, dal punto di vista morale e giuridico, che nell'Unione europea del ventunesimo secolo degli esseri umani siano comprati, venduti e sfruttati come merci. È nostro dovere personale, collettivo e legale fermare questa tratta", ha dichiarato Avramopoulos.

Il report della Commissione segnala che "un preoccupante aumento" del traffico delle donne nigeriane, che arrivano in Europa passando dalla Libia. Gli ingressi registrati l'anno scorso nel periodo gennaio-settembre sono stati 4.371, rispetto ai 1.008 del 2014, e secondo l'Organizzazione mondiale per le migrazioni l'80% di loro sono state vittime di tratta probabilmente ai fini dello sfruttamento sessuale.

Fonte: http://www.repubblica.it/europa/2016/05/19/news/nell_ue_quasi_16mila_vittime_della_tratta_di_esseri_umani_tra_il_2013_e_il_2014-58976/?refresh_ce - 16.05.2016

Il Papa: società sia unita nella lotta contro la tratta di esseri umani

Le vittime sperano che l'ingiustizia "non abbia l'ultima parola". Così Papa Francesco si è rivolto agli oltre cento partecipanti, fra giudici e procuratori di diverse parti del mondo, riuniti presso la casina Pio IV, in Vaticano. Un Vertice importante, organizzato dalla Pontificia Accademia delle Scienze Sociali, che vuole aiutare a contrastare la

criminalità organizzata e le forme di schiavitù che ne derivano: dalla tratta di esseri umani allo sfruttamento della prostituzione. Tante le personalità di rilievo che vi prendono parte. Francesco chiede che si crei "un moto trasversale" che abbracci l'intera società e che "i giudici

assumano piena consapevolezza di tale sfida". Il servizio di Debora Donnini:

La Chiesa dà il suo contributo per combattere le nuove forme di schiavitù

La tratta delle persone, il narcotraffico, la prostituzione, il traffico di organi sono "veri e propri crimini contro l'umanità" e devono essere riconosciuti come tali e sanciti dalle leggi. Papa Francesco torna su temi a lui cari e si rivolge a giudici ed esperti, riuniti in Vaticano, sottolineando l'importanza di creare una rete fra loro e scambiare esperienze che possano permettere di combattere meglio queste nuove forme di schiavitù. "La Chiesa - afferma - è chiamata a impegnarsi per essere fedele alle persone, ancora di più se si considerano le situazioni dove si toccano le piaghe e le sofferenze più drammatiche". In questo senso - ha sottolineato - la Chiesa non deve ascoltare quell'adagio che vuole che non si "immischi" nella politica:

"La Iglesia debe meterse en la gran política porque - cito a Pablo VI...

La Chiesa deve immischiarsi nella 'grande politica'! Perché - cito Paolo VI - la politica è una delle forme più alte dell'amore, della carità".

La missione dei giudici: lottare contro i crimini liberi da pressioni

Francesco sottolinea l'insostituibile missione dei giudici nella società, in particolare di fronte alle sfide poste "dalla globalizzazione dell'indifferenza" e alla tendenza attuale a "liquefare" la figura del magistrato attraverso indebite pressioni:

"Hacerse cargo de la propia vocación quiere decir también sentirse y proclamarse libres...

Farsi carico della propria vocazione significa anche sentirsi e proclamarsi liberi, procuratori e pubblici ministeri liberi: da cosa? Dalle pressioni dei governi, liberi dalle istituzioni private e, naturalmente, liberi dalle 'strutture del peccato' di cui parlava il mio predecessore San Giovanni Paolo II, in particolare - come strutture del peccato - liberi dalla criminalità organizzata. Io so che voi siete sottoposti a pressioni, sottoposti a minacce e tutto questo; e so anche che essere giudici oggi, essere procuratori e pubblici ministeri significa rischiare la propria vita!".

Per Papa Francesco, questo merita un riconoscimento al coraggio di quelli che vogliono andare avanti rimanendo liberi nell'esercizio delle proprie funzioni giuridiche. Senza questa libertà, il potere giudiziario di una nazione si corrompe e

genera corruzione. "Tutti noi - dice - conosciamo la caricatura di questi casi, no? La giustizia con gli occhi bendati: le cade la benda che le chiude la bocca...".

Contro la schiavitù moderna serve un moto trasversale

Il Papa si dice lieto che l'Onu abbia approvato all'unanimità "i nuovi obiettivi dello sviluppo sostenibile e integrale", in particolare la risoluzione 8.7 che chiede, appunto, di adottare misure efficaci per eliminare le "forme moderne di schiavitù": dalla tratta all'uso dei bambini soldato, fino al lavoro infantile entro il 2025. Centrale per Francesco è che si crei "un moto trasversale" e "ondoso", che abbracci l'intera società, dalle periferie al centro e viceversa. Per questo i giudici devono assumere consapevolezza di questa sfida e condividere le esperienze. Nella figura del giudice, infatti, "si riconosce la giustizia come il primo attributo della società":

"Pido a los jueces que realicen su vocación y misión esencial: establecer la justicia ...

Chiedo ai giudici di realizzare la propria vocazione e missione essenziale, di stabilire la giustizia senza la quale non vi è ordine, né sviluppo sostenibile e integrale, né pace sociale".

Papa Francesco chiede, in particolare, di guardarsi dal cadere nella rete della corruzione, che indebolisce governi e attività giudiziaria.

Fare giustizia è riabilitazione delle vittime e reinserimento dei colpevoli

In questo discorso di Papa Francesco contro la tratta e i modi per combattere questi crimini, c'è anche spazio per esaminare cosa significhi "fare giustizia", che non è la pena in se stessa:

"No hay pena válida sin esperanza...

Non c'è pena valida, senza speranza. Una pena chiusa in se stessa, che non dà possibilità alla speranza è una tortura: non è una pena! Su questo mi baso anche per affermare seriamente la posizione della Chiesa contro la pena di morte".

Bisogna comminare pene che siano per la rieducazione dei responsabili e cercare il loro reinserimento nella società. Se questo vale per loro, "tanto più - afferma - vale per le vittime" che sono passive e non attive nell'esercizio della loro libertà, "essendo cadute nella trappola dei nuovi cacciatori di schiavi":

"Víctimas tantas veces traicionadas hasta en lo más íntimo y sagrado de su persona...

Vittime molte volte tradite nella parte più intima e sacra della persona, cioè nell'amore che esse aspirano a dare e a ricevere, e che le loro famiglie devono loro o che viene loro promesso da pretendenti o mariti, e che invece finiscono vendute sul mercato del lavoro forzato, della prostituzione o della vendita di organi".

Le vittime, dunque, devono essere reintegrate nella società e si deve perseguire una lotta serrata ai trafficanti:

"No vale el viejo adagio: son cosas que existen desde que el mundo es mundo...

Non vale il vecchio adagio: 'Sono cose che esistono da che mondo è mondo'. Le vittime possono cambiare e di fatto sappiamo che cambiano vita con l'aiuto di buoni giudici, delle persone che le assistono e di tutta la società".

Dare speranza perché l'ingiustizia non abbia l'ultima parola

La vittima deve trovare, poi, il coraggio di parlare "del suo essere vittima come di un passato che ha superato coraggiosamente": ora è una persona con una dignità recuperata. "Voi siete chiamati a dare speranza", dice ai giudici Papa Francesco. Le vittime, infatti, nutrono la speranza "che l'ingiustizia che attraversa questo mondo" non abbia "l'ultima parola". Entrando, poi, nel concreto, Francesco chiede a giudici e procuratori di continuare la loro opera e rileva che può essere di giovamento applicare, secondo le modalità di ciascun Paese,

"la prassi italiana di recuperare" i beni dei criminali per offrirli per la riabilitazione delle vittime. "La riabilitazione delle vittime e il loro reinserimento nella società, sempre realmente possibile, dice Papa Francesco, è il bene maggiore che possiamo fare loro, alla comunità e alla pace sociale". Certo, il lavoro non termina con la sentenza ma soltanto dopo, preoccupandosi che ci sia un accompagnamento, una crescita, un reinserimento, una riabilitazione della vittima e del carnefice.

Carceri dirette da donne

Sul tema del reinserimento, il Papa ha osservato, riportando una sua esperienza personale, che visitando le carceri ha notato come vadano meglio quelle che hanno una donna come direttore: "Questo non è femminismo" – ha spiegato – ma "la donna ha, riguardo al tema del reinserimento", una sensibilità speciale.

Le Beatitudini

In conclusione, ai giudici Francesco ricorda le Beatitudini evangeliche quando si parla di "coloro che hanno fame e sete di giustizia" e "degli operatori di pace": "Essi o esse – e qui è il caso di riferirci in particolare ai giudici – avranno la ricompensa più grande: possederanno la terra, saranno chiamati e saranno figli di Dio, vedranno Dio, e gioiranno eternamente con il Padre".

Fonte:

http://it.radiovaticana.va/news/2016/06/04/il_papa_interviene_al_vertic_e_di_giudici_in_vaticano/1234666 - 04.06.2016

Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 e AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA!
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?
74. CIDADE: lugar de encontro ou exclusão?
75. SER MIGRANTE EM TEMPOS DE CRISE
76. ENTRE ASSIMILAÇÃO e INTEGRAÇÃO
77. MUDANÇAS CLIMÁTICAS e REFUGIADOS AMBIENTAIS
78. AS MIGRAÇÕES GERAM VIOLÊNCIA OU REAÇÕES VIOLENTAS?
79. TRABALHADORES MIGRANTES: indispensáveis, mas sem direitos
80. XENOFOBIA: a nova face da exclusão
81. MULHERES REFUGIADAS
82. RELIGIÃO: fator de integração dos migrantes?
83. Os rumos do TRÁFICO DE SERES HUMANOS
84. MIGRAÇÃO DE RETORNO e crise: sonho frustrado?
85. Os desafios da MIGRAÇÃO FEMININA
86. As RELIGIÕES diante dos desafios das MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS
87. TRÁFICO DE PESSOAS: é possível combater?
88. Novos FLUXOS MIGRATÓRIOS: uma nova questão social
89. MULHERES MIGRANTES: protagonismo e vulnerabilidades
90. A RELIGIÃO como meio de assistência, integração e emancipação dos migrantes.
91. TRÁFICO DE PESSOAS: entre o discurso e a realidade.
92. A "Globalização da indiferença" e a CRIMINALIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES
93. As MULHERES no contexto das políticas migratórias
94. As RELIGIÕES a serviço da dignidade dos migrantes
95. TRÁFICO DE PESSOAS: O ser humano está à venda?
96. Por uma compreensão mais ampla das MIGRAÇÕES FORÇADAS
97. MULHERES MIGRANTES: entre fronteiras físicas e sociais.
98. Migrações, RELIGIÕES e violência
99. TRÁFICO DE PESSOAS e políticas migratórias
100. MÍDIA e migrações: entre discursos e estereótipos
101. Dignidade humana e MULHERES MIGRANTES
102. A DIÁSPORA MUÇULMANA para além dos estereótipos
103. Os paradoxos da ESCRAVIDÃO MODERNA